

José Augusto de Oliveira Sales

**Aspectos do Neoliberalismo que se anunciam na análise de um livro didático de
Matemática**

Guaratinguetá - SP
2024

José Augusto de Oliveira Sales

**Aspectos do Neoliberalismo que se anunciam na análise de um livro didático de
Matemática**

Trabalho de Graduação apresentado ao Conselho de Curso de Graduação em Licenciatura em Matemática da Faculdade de Engenharia e Ciências do Campus de Guaratinguetá, Universidade Estadual Paulista, Unesp, como parte dos requisitos para obtenção do diploma de Graduação em Licenciatura em Matemática.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Rosa Monteiro Paulo

Guaratinguetá - SP
2024

S163a	Sales, José Augusto de Oliveira Aspectos do Neoliberalismo que se anunciam na análise de um livro didático de matemática / José Augusto de Oliveira Sales- Guaratinguetá, 2024. 61 f : il. Bibliografia: f. 57-60 Trabalho de Graduação em Matemática (Licenciatura) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Engenharia e Ciências de Guaratinguetá, 2024. Orientadora: Prof^a. Dr^a. Rosa Monteiro Paulo 1. Neoliberalismo. 2. Sociologia educacional. 3. Matemática financeira. 4. Matemática - ensino médio. I. Título.
-------	--

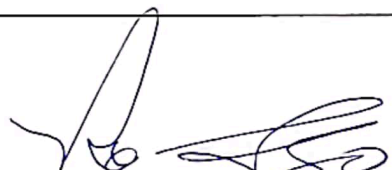
CDU 51

José Augusto de Oliveira Sales

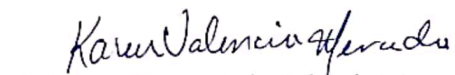
ESTE TRABALHO DE GRADUAÇÃO FOI JULGADO ADEQUADO COMO
PARTE DO REQUISITO PARA A OBTENÇÃO DO DIPLOMA DE
"Licenciatura em Matemática"

APROVADO EM SUA FORMA FINAL PELO CONSELHO DE CURSO DE
GRADUAÇÃO EM LICENCIATURA EM MATEMÁTICA


Prof. Dr. Elisângela Pavanelo
Coordenadora


Profa. Dra. Rosa Monteiro Paulo
Orientadora


Profa. Dra. Carolina Cordeiro Batista
Membro Externo


Profa. Ms. Karen Paola Valencia Mercado
Membro Externo

dedico este trabalho
de modo especial, à minha mamãe

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a mim mesmo, por não ter desistido. Agradeço pela minha vida, minha inteligência, minha família e meus amigos;

à minha orientadora, *Prof^a. Dr^a. Rosa Monteiro Paulo* que jamais deixou de me incentivar. Sem a sua orientação, dedicação e auxílio, o estudo aqui apresentado seria praticamente impossível;

à minha mãe *Rosa Neide de Oliveira Pereira Sales*, que apesar das dificuldades enfrentadas, sempre incentivou meus estudos;

às funcionárias da Biblioteca do Campus de Guaratinguetá pela dedicação, presteza e principalmente pela vontade de ajudar;

aos funcionários da Faculdade de Engenharia e Ciências do Campus de Guaratinguetá pela dedicação e alegria no atendimento.

“Quando a educação não é libertadora, o sonho do oprimido é ser opressor.”

Paulo Freire

RESUMO

A pesquisa que se apresenta neste texto se deu após a leitura de alguns artigos sobre a temática do neoliberalismo na Educação Matemática. Nessa leitura destacou-se como os aspectos e características neoliberais podem se manifestar nas atividades e conteúdos do livro didático de Matemática. Esse destaque despertou o desejo de analisar o livro didático de Matemática para ver se havia evidências de esses aspectos e características neoliberais estarem presentes nas tarefas que o livro propõe. Focou-se, especificamente, o capítulo de Matemática Financeira em um livro que foi eleito por ser adotado pelo professor de Matemática de uma escola pública municipal que estávamos acompanhando durante as atividades do PIBID. A interrogação que orientou a busca na pesquisa é assim explicitada: *Como aspectos do neoliberalismo podem se manifestar em livros didáticos de Matemática, particularmente no capítulo de Matemática Financeira?*. Assumimos a pesquisa qualitativa de abordagem fenomenológica para destacar ideias e fazer interpretações do que se anunciava na leitura do livro, tendo a possibilidade de apresentar a análise feita sem desconsiderar nossa subjetividade e vivência. Foi possível, na análise e interpretação das tarefas propostas no capítulo eleito, ver características neoliberais que se destacaram ao olhar crítico e interrogador. Conclui-se, em articulação com os autores lidos, que tais características e aspectos presentes no livro didático de Matemática visam à formação de cidadãos neoliberais, ou melhor, cidadãos empresário-de-si.

PALAVRAS-CHAVE: Neoliberalismo; Ensino de Matemática; Livro didático; Pesquisa Qualitativa.

ABSTRACT

The research presented in this text was carried out after reading some articles on the topic of neoliberalism in Mathematics Education. This reading highlighted how neoliberal aspects and characteristics can manifest themselves in the activities and contents of the Mathematics textbook. This highlight sparked the desire to analyze the Mathematics textbook to see if there was evidence of these neoliberal aspects and characteristics being present in the tasks that the book proposes. Specifically, the Financial Mathematics chapter was focused on in a book that was chosen because it was adopted by the Mathematics teacher at a municipal public school that we were following during PIBID activities. The question that guided the research search is explained as follows: *How can aspects of neoliberalism manifest themselves in Mathematics textbooks, particularly in the Financial Mathematics chapter?*. We took on qualitative research with a phenomenological approach to highlight ideas and make interpretations of what was announced when reading the book, having the possibility of presenting the analysis carried out without disregarding our subjectivity and experience. It was possible, in the analysis and interpretation of the tasks proposed in the chosen chapter, to see neoliberal characteristics that stood out to the critical and interrogating eye. It is concluded, in conjunction with the authors read, that such characteristics and aspects present in the Mathematics textbook aim at the formation of neoliberal citizens, or better, self-entrepreneurial citizens.

KEYWORDS: Neoliberalism; Teaching Mathematics; Textbook; Qualitative Research.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Promoção de uma televisão	39
Figura 2 – Compra e venda de um relógio	39
Figura 3 – Compra e venda de um carro	40
Figura 4 – Notebook com desconto	40
Figura 5 – Venda de um aparelho Blu-ray	41
Figura 6 – Compra de um trator	41
Figura 7 – Desejo de comprar um tênis	42
Figura 8 – Exercício de investimento	44
Figura 9 – Exercício de compra de um terreno	45
Figura 10 – Exercício de compras pelo cartão de crédito	46
Figura 11 – Exercício sobre rendimento	47
Figura 12 – Exercícios sobre montante	48
Figura 13 – Exercício sobre consumo consciente	49
Figura 14 – Notas para o professor I	50
Figura 15 – Orçamento	51
Figura 16 – Notas para o professor II	53
Figura 17 – Notas para o professor III	53

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
FMI	Fundo Monetário Internacional
OCDE	Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico
OMC	Ordem Mundial do Comércio

SUMÁRIO

1	Introdução	11
2	Metodologia de Pesquisa	12
2.1	Pesquisa Qualitativa	12
2.2	Pesquisa Qualitativa em Educação Matemática	13
2.3	Abordagem Fenomenológica	14
3	Aspectos Teóricos da Pesquisa	15
3.1	Liberalismo	16
3.2	Neoliberalismo	22
3.3	Neoliberalismo na Educação	27
3.4	O Que Se Perde Com Uma Educação Neoliberal?	31
4	O Livro Didático em Foco	33
4.1	A Importância do Livro Didático para a Sala de Aula	33
4.2	A Opção para a Análise	36
5	Analisando um capítulo do livro didático	37
5.1	Consumismo	38
5.2	Capacidade de Escolha	44
5.3	Poupar e Investir	47
5.4	Formas de se Comportar	49
5.5	Responsabilidade	51
5.6	Empresário de si	52
6	Considerações Finais	55
	Referências	

1 Introdução

Este trabalho expõe a intenção de compreender aspectos do neoliberalismo presentes em livros didáticos para o ensino de Matemática. Para tanto, a pergunta orientadora da investigação é assim explicitada: “Como aspectos do neoliberalismo se manifestam segundo nossa subjetividade e interpretação em livros didáticos de Matemática, particularmente no capítulo de Matemática Financeira?”. Consideramos que discutir tal questão é importante pois, o viés ideológico do neoliberalismo, se presente em atividades de ensino, pode contribuir para a formação de cidadãos competitivos, empreendedores, individualistas e consumistas, em contraposição à formação crítica que se espera.

Para tratar deste tema, primeiro, foi importante conhecer o que pesquisas em Educação Matemática dizem sobre o assunto. Para tanto, nos voltamos para os trabalhos de Silva (2019), Souza, Flores (2022) entre outros. A própria motivação desta pesquisa se deu a partir da leitura desses artigos referenciados acima, em que se discutia a subjetivação dos exercícios e conteúdos de Matemática, pois para além da Matemática tratada há outros elementos presentes nos enunciados de situações problemas que podem gerar discussões significativas à formação da pessoa.

Acerca da metodologia optou-se pela pesquisa qualitativa de abordagem fenomenológica, uma vez que ela nos possibilita lançar outros olhares para o que está sendo discutido sem separar o pesquisador do pesquisado, podendo o pesquisador interpretar o que a ele se apresenta segundo suas subjetividades e vivências.

Essa pesquisa pode ser importante para a Educação Matemática por permitir questionar o que estamos ensinando em nossa sala de aula quando elegemos um livro didático para orientar nossas ações bem como para entender o aluno que estamos formando, pensando na pessoa que irá viver em sociedade. Consideramos que embora seja apenas um recorte do referido tema, o trabalho servirá como alerta aos professores para estarem atentos ao sentido crítico dos problemas de Matemática e ao que estamos “deixando passar” com nosso olhar desatento.

Para expor o que na pesquisa foi realizado, organizamos este texto em cinco capítulos. Começando com a metodologia adotada e seguimos com uma discussão teórica acerca das origens do liberalismo e neoliberalismo e suas implicações para a educação. Na sequência, discutimos a opção, características e preferência do livro didático. Por fim, trazemos a análise de alguns problemas em interlocução com aspectos do neoliberalismo, especificamente no

capítulo de matemática financeira. Encerramos com as considerações acerca da pesquisa realizada e as referências.

2 Metodologia de Pesquisa

Neste capítulo trataremos da metodologia adotada para elaboração deste trabalho, desenvolvido na abordagem qualitativo-fenomenológica. Iniciamos com uma exposição do que entendemos com a pesquisa qualitativa, seguindo com a pesquisa qualitativa na educação matemática e por fim a importância e as características da abordagem fenomenológica.

2.1. Pesquisa Qualitativa

Atualmente, a pesquisa qualitativa ocupa um lugar reconhecido entre as várias possibilidades de se estudar os fenômenos que envolvem os seres humanos e suas complexas relações sociais, em diversos ambientes. Segundo André e Gatti (2008), um fenômeno pode ser melhor compreendido no contexto em que ocorre e do qual é parte, devendo ser analisado de um ponto de vista integrado e a partir do olhar das pessoas nele envolvidas, considerando todos os pontos de vista ou perspectivas consideradas relevantes segundo o que se deseja compreender.

Os métodos qualitativos de pesquisa começaram a ser desenvolvidos nos séculos 18 e 19, quando vários sociólogos, historiadores e cientistas sociais, insatisfeitos com o método de pesquisa das ciências físicas e naturais que servia de modelo para o estudo dos fenômenos humanos e sociais, buscam novas formas de investigação. Um dos contribuintes importantes foi Max Weber, ao “afirmar que o foco da investigação deve se centrar na compreensão dos significados atribuídos pelos sujeitos às suas ações, [argumentando] que para compreender esses significados é necessário colocá-los em um contexto” (André; Gatti, 2008, p. 3)

Pode-se entender que a pesquisa qualitativa defende uma visão que busca entender os fenômenos por completo, isto é, que leve em conta todos os componentes de uma situação em suas interações e influências mútuas. Ela busca a interpretação ao invés da medida; a descoberta em lugar da comprovação e assume que fatos e valores estão estreitamente relacionados, tornando-se inconcebível uma postura isenta do pesquisador (André; Gatti, 2008).

Assim, as pesquisas qualitativas vieram a se estabelecer em uma modalidade investigativa que se mostrou como alternativa para responder ao desafio da compreensão dos

aspectos formadores do humano, de suas relações e construções culturais, em suas dimensões grupais, comunitárias ou pessoais. Essa modalidade de pesquisa veio com a sugestão de mudar a linha tênue que separa pesquisador de pesquisado, passando a defender uma nova perspectiva onde não há isenção, se valoriza a inclusão contextual e a compreensão de significados no desenvolvimento histórico-relacional (André; Gatti, 2008).

Entende-se que a opção pela pesquisa qualitativa se dá quando é compreendido que é dos sentidos e significados que se alimenta nosso conhecer e são eles que exprimem as mudanças práticas no campo social e educacional, podendo trazer uma aproximação do real que seja mais adequada com as formas humanas de representar, pensar, agir, situar-se, etc.

Na abordagem qualitativa podem ser assumidas várias posturas relativamente à produção e análise dos dados, como: o interacionismo simbólico, a etnometodologia, os estudos culturais e a etnografia, que dão especial atenção ao mundo do sujeito e aos significados por ele concedidos às suas experiências do dia-a-dia, às interações sociais que possibilitam entender e interpretar a realidade, aos conhecimentos implícitos e às práticas cotidianas que modelam as condutas das figuras sociais.

A seguir explicitamos a opção pela pesquisa qualitativa em Educação Matemática.

2.2. Pesquisa qualitativa em Educação Matemática

A área de Educação Matemática, segundo Bicudo (1993, p. 19 - 20),

envolve preocupações com o compreender a Matemática, com o fazer Matemática, com as interpretações elaboradas sobre os significados sociais, culturais e históricos da Matemática [...] possibilitando que estes sejam vistos à luz de outras compreensões e fazeres, científicos ou não, o que, certamente, interfere na ação político-pedagógica.

A pesquisa qualitativa é necessária na Educação Matemática pois, “[...] buscam por compreensões de modos pelos quais os alunos constroem suas aprendizagens (de matemática), individualmente, com os colegas, com a mídia [e] em contextos específicos” (Bicudo, 2012, p. 24).

Além disso, permite que se abranja a Matemática, o modo pelo qual ela é construída e os significados da Matemática no mundo. A pesquisa qualitativa é importante à Educação e à Matemática, pois ao mesmo tempo que auxilia a compreender a Matemática contribui para que ela possa interpretar-se. É, também, importante à Educação, por ajudar a ação político-pedagógica (Bicudo, 1993).

Esses aspectos se articulam,

[...] denotando uma complexidade específica à educação e, assim, evidenciam emaranhados com ensino, aprendizagem, políticas educacionais, ideologias, concepções de ciência, compreensões de história, de vida, possibilitando-nos adentrar em um campo cada vez mais abrangente e profundo e que, ambigualmente, se dá a conhecer e se esconde. (Bicudo., 2012, p. 16).

Na pesquisa qualitativa em Educação Matemática o sujeito é aquele que efetua a observação, que está presente na investigação, interagindo e participando em todos os seus momentos. Os dados são os fenômenos que se deseja conhecer e considerando-se as características da pesquisa qualitativa, o fenômeno investigado é sempre situado/contextualizado, isto é, é relativo a certo tempo e espaço vivido pelo pesquisador e pelo pesquisado (Bicudo, 2005).

Vale destacar com Bicudo (2005), que o fato de esta ‘área’ ser nomeada ‘Educação Matemática’ a qual, como já dissemos, é construída no ‘entre’ a Educação e a Matemática, constitui uma realidade específica, em que Educação e Matemática dialogam ou se oferecem ao trabalho da produção de conhecimento que se busca compreender. Portanto, não podem ser caladas, nem ser tomadas isoladamente ou uma se sobrepor à outra.

Interpretamos que Bicudo (2005) nos chama a atenção para a interface das áreas de Educação e Matemática, ressaltando a importância de se estar atento ao sentido que a disciplina tem para o aluno, ao modo como ele a interpreta e a vivencia no seu cotidiano, ciente de que há conteúdos temáticos, discursos e idéias que sempre se articulam e se mostrem nucleares a área que se denomina Educação Matemática (Bicudo, 2012).

A autora ainda nos alerta que é importante não se tomar a Matemática como fato, isto é, como algo que esteja pronto, mas sim compreender o sentido desse fato ou dos enunciados e temas objeto de estudo da Matemática. No contexto de ensino, essa é uma postura relevante, pois foca o modo pelo qual a Matemática faz sentido para o aluno e, para tanto, conforme Bicudo (2010), deve-se assumir a postura fenomenológica que discutiremos a seguir.

2.3 Abordagem Fenomenológica

A fenomenologia, como destaca Bicudo (2010, p. 26), mais do que uma metodologia é uma “escola filosófica, [que] tem como cerne a busca do sentido que as coisas que estão à nossa volta, no horizonte do mundo-vida, fazem para nós”. O precursor da fenomenologia foi Edmund Husserl (1859-1938), filósofo e matemático alemão. O termo fenomenologia vem do

grego *phainesthai* que quer dizer “aquilo que se mostra” e *logos* “estudo (discurso)”, logo seu significado etimológico é o estudo do que mostra (Bicudo, 1994).

A fenomenologia é, portanto, um modo de compreender a realidade vivida e o conhecimento, tal qual o fenômeno é percebido pelo sujeito (Bicudo, 1994). Em uma postura fenomenológica é impossível realizar investigações separadas do mundo e do seu movimento, dos atos criadores e de suas expressões (Bicudo, 1994).

Segundo Bicudo (1994, p.15), a pesquisa fenomenológica é uma “investigação direta e a descrição de fenômenos que são experienciados conscientemente, sem teorias sobre a sua explicação causal e tão livre quanto possível de pressupostos e de preconceitos”.

Nessa postura, a prioridade do conhecimento é a percepção que acontece no agora, no instante da vivência e fala-se desse ato por meio da lembrança que se dá por meio da linguagem. A linguagem é uma forma de expressão do que é percebido e articulado nos atos da consciência, que ajudam a organizar o percebido pelo e para o sujeito. Esses atos são sentidos e os significados produzidos pelo sujeito e comunicados aos outros (Bicudo, 1994).

A pesquisa fenomenológica é uma investigação científica em que se pesquisa fenômenos humanos vividos, investigam-se as manifestações do percebido, ou seja, do que se manifesta na percepção de quem percebe. Isso que se manifesta, manifesta-se para aquele que percebe. Assim, assumindo uma postura fenomenológica na pesquisa, o foco é o percebido pelo pesquisador ao se voltar para o fenômeno que interroga, sempre orientado por sua questão de investigação. Em nossa pesquisa a interrogação é assim explicitada: *Como aspectos do neoliberalismo podem se manifestar em livros didáticos de Matemática, particularmente no capítulo de Matemática Financeira?*”

Com a interrogação se expõe o objetivo da pesquisa que é investigar o como, isto é, os modos pelos quais em situações problemas de um livro didático de Matemática, pode se ver aspectos do neoliberalismo implícitos nos enunciados. Para tanto a abordagem fenomenológica torna-se relevante, pois permite entender o discurso, as mensagens explícitas e implícitas, verbais e não verbais, alternativas e contraditórias que são passíveis de serem interpretadas em atividades e exercícios de Matemática.

3 Aspectos Teóricos da Pesquisa

Para que haja o Neoliberalismo, primeiro tem que ter havido o liberalismo. Neste capítulo traremos elementos da origem do liberalismo e do neoliberalismo com suas principais ideias fundantes. Também discutiremos o papel e as características do

neoliberalismo na educação, seguindo com a discussão da perda, em termos educacionais, daquilo que é possível de “se perder” quando se adota e segue a doutrina dominante neoliberal em um contexto educacional.

3.1 LIBERALISMO

O liberalismo pode ser interpretado de várias maneiras, pois há uma diversidade de significados e interpretações possíveis. Pode ser compreendido desde um governo político, uma ideia, uma profissão, atitudes abertas para o novo. Segundo o Dicionário de Política (1998, p. 687), “[...] tal termo pode, [...] indicar um partido ou um movimento político, uma ideologia política ou uma metapolítica (ou uma ética), uma estrutura institucional específica ou a reflexão política por ela estimulada para promover uma ordem política melhor, justamente a ordem liberal”.

O termo liberalismo pode significar também um partido, um movimento político, uma ideologia política ou metapolítica (ou uma ética), uma estrutura institucional ou uma reflexão política estimulada para promover justamente a ordem neoliberal (Silva, 2009).

Neste capítulo não ousamos esclarecer a complexidade do termo, apenas apresentaremos algumas ideias que fundamentam o liberalismo, para compreendermos o neoliberalismo.

As primeiras idéias para a teoria liberal, começaram na Inglaterra em 1688 na Revolução Gloriosa, onde o liberalismo, como um movimento revolucionário, lutava contra o poder absolutista, ou seja, contra o poder absoluto da nobreza e da igreja católica, visando uma liberdade religiosa e um governo constitucional (Silva, 2009).

Segundo Silva (2009, p. 2), “esse movimento exigia a conquista de direitos civis, como: o direito à vida; à liberdade de pensamento, expressão e de manifestação religiosa; e fundamentalmente, o direito à propriedade privada”.

Para John Locke, principal teórico da Revolução Gloriosa, esses direitos eram naturais e inalienáveis, sendo apenas direitos individuais, no qual somente homens livres e autônomos eram portadores (Silva, 2009).

Até então, acreditava-se que a origem de todos os direitos era explicada pelo metafísico, por um ser superior, vindo a razão humana de um grande Deus que legitimava o poder monárquico.

Segundo Carnoy¹ (2005 *apud* Silva, 2009, p.3) embora cada um tivesse um pensamento diferente, Thomas Hobbes, John Locke e Rousseau foram os primeiros a romperem com a lei divina, colocando o poder político e econômico nas mãos de homens racionais e formulando as bases fundamentais da ideologia liberal .

A teoria jusnaturalista e a economia política clássica contribuíram fortemente para o significado do liberalismo. A teoria jusnaturalista considera que os direitos individuais são intrínsecos à condição humana, de forma que independem da natureza humana. Tais direitos individuais são o direito à liberdade e a propriedade privada (Silva, 2009).

Logo, em Locke² (2001 *apud* Dias, 2022, p. 3) “[...] o debate em tela gira em torno da concepção de direito natural à propriedade privada e a importância do Estado como garantidor desse direito”

Baseados nesse entendimento, Thomas Hobbes e John Locke teorizam sobre o Estado Moderno ou estado de natureza, no qual, para se tornar necessária e legítima, uma instituição política deveria ser capaz de normatizar a vida dos indivíduos e estruturar a sociedade. (Silva, 2009).

“Para Hobbes, na sua famosa obra de 1651, *Leviathan*, o estado de natureza é uma condição onde não existe um poder comum para controlar os indivíduos, nem lei e nem coação da lei” (Silva, 2009, p. 3), havendo uma vida insegura e incerta. Tal insegurança levaria o homem a desejar uma vida na qual pudesse ter propriedades e paz, possível apenas fora do estado de natureza, levando os homens a criarem uma instância política, um poder soberano para que as leis fossem respeitadas. Com isso, o Estado surge como esperança de uma vida melhor, bem como com o sentimento de serem protegidos.

Para John Locke, o indivíduo já existia antes de uma sociedade ou Estado, diferente de Hobbes para quem o estado de natureza já era pré-social e pré-político, vivendo-se em total harmonia e paz. Sendo assim, “independentemente da sociedade na qual você vive, você enquanto indivíduo tem o direito à sua própria vida, à liberdade e aos bens que conseguir obter por meio do seu trabalho, desde que isso não implique em negar os direitos dos outros” (Dias, 2022, p.3). Contrariamente, para Hobbes, esses direitos eram uma garantia contra o poder do estado que não poderia violá-los, antes deveria garanti-los. No caso do não cumprimento desse dever, os indivíduos teriam a liberdade de contestar todo poder imposto sem o seu consentimento.

¹ CARNOY, Martin. Estado e Teoria Política. 2. ed. (Tradução pela equipe de tradutores do Instituto de Letras da PUC – Campinas). Campinas – São Paulo: Editora Papyrus, 1988.

² Locke, J. (2001). Dois tratados sobre o governo. São Paulo: Martins Fontes.

Salientando, para John Locke todo poder emana do povo, ou seja, o poder do estado é dado pelos indivíduos que querem a proteção de suas propriedades e de si mesmos. Caso o Estado não cumpra seu dever, os indivíduos têm o direito de dissolvê-lo (Carnoy, 2005 *apud* Silva, 2009).

A propriedade era originária do trabalho do homem e o limite da propriedade era fixado pela capacidade do trabalhador. Com o surgimento do dinheiro, a propriedade passa a poder ser adquirida através da compra.

Nesta lógica, para Locke, isso possibilitou a concentração da riqueza e a distribuição desigual dos bens entre os homens. Assim, no estado de natureza, relativamente pacífico, pode ocorrer a violação da propriedade, o que vai exigir dos homens a sua livre união em um contrato social, para formar a sociedade política ou civil. (Silva, 2009, p. 4).

Segundo Weffort³ (2006 *apud* Silva, 2009), o contrato social para John Locke é um acordo no qual os homens concordam em preservar e firmar ainda mais os direitos que possuíam no estado de natureza, com o intuito de preservar a propriedade e proteger suas comunidades (Silva, 2009).

Jean Jacques Rousseau, em O Contrato Social, nos diz que o homem nasce bom, mas a sociedade o corrompe (Silva, 2009). Há uma frase famosa de Rousseau em que ele vai dizer que a sociedade civil é imperfeita, pois a propriedade é a origem do mal e da desigualdade.

“Sendo assim, em uma sociedade desigual, o Estado é uma necessária criação dos ricos para preservar os seus interesses e a ordem, controlar as tentativas de contestação, a desigualdade, a propriedade e legitimar a exploração dos pobres” (Silva, 2009, p. 5).

Rousseau, defende que a propriedade é o bem mais sagrado de todos os direitos, insistindo que o Estado fosse limitado, para que não houvesse nem muita riqueza e nem muita pobreza. “Assim, a alternativa de Rousseau para o problema da desigualdade social e política na sociedade civil é a configuração de um Estado que garanta ao mesmo tempo, tanto a liberdade quanto a igualdade” (Silva, 2009, p. 5).

Portanto, o contrato social para Rousseau está na vontade de todos, onde todos são tratados como iguais e a direção do Estado está nas mãos de todos. Segundo Rousseau, seria necessária uma educação pública para todos, de modo a tornar os homens conscientes e informados, pois, assim seriam mais comprometidos com a vontade geral e a soberania popular (Silva, 2009).

³ WEFFORT, Francisco C. (Org.). Os clássicos da política. 14.ed. São Paulo: Ática, 2006.

Além dos pensadores jusnaturalistas, aqueles da doutrina clássica ou economia clássica colaboraram fortemente para os fundamentos do liberalismo. Adam Smith foi o maior destaque para essa construção, buscando uma justificativa econômica para o interesse individual (Silva, 2009).

O liberalismo no século XVII teve um quesito revolucionário, pois desafiava as restrições feudais ao comércio e à produção, transformando a simples produção em acumulação de capital. Contudo, isso se esgota na medida em que a burguesia ascende economicamente, “criando condições para o questionamento da dimensão transformadora do liberalismo e para o desencadeamento de projetos autônomos na perspectiva da construção de direitos” (Silva, 2009, p. 6).

Não só economicamente, a burguesia precisava também se firmar como classe politicamente dominante. Isso permitiu que Adam Smith se tornasse uma grande influência liberal, pois acreditava no anti-estatismo radical e defendia que o mercado fosse um regulador natural das relações sociais (Behring; Boschetti⁴, 2006, *apud* Silva, 2009).

“Para ele, o mercado apresenta as condições objetivas para o autodesenvolvimento humano e a maneira de o homem realizar sua liberdade e progresso é a garantia da não intervenção do Estado no mercado” (Silva, 2009, p. 6-7). O capitalismo, portanto, torna-se uma forma econômica fundamental para o desenvolvimento do liberalismo.

Para Adam Smith, os homens tinham um anseio individual de mudar suas realidades para melhor, onde a maneira de se conseguir isso seria a acumulação de bens e riquezas. Esse anseio individual era considerado natural, orientados pelo senso de dever e sentimentos morais cuja orientação “[...] assegura a ausência da guerra de todos contra todos e contribui para a coesão social, de modo que não existe nenhuma contradição entre a acumulação da riqueza e o bem estar coletivo” (Silva, 2009, p. 7).

No tempo histórico em que Adam Smith viveu, ainda havia muitos resquícios da era feudal, havendo forte intervenção estatal; o estado intervinha nas normas de comércio e produção. Smith é totalmente contrário à intervenção do estado, pois segundo ele isso seria um obstáculo à riqueza das nações. Nesse sentido, “ele afirma que é a liberdade dos produtores para escolher o que produzir que garante o pleno abastecimento do mercado, e por consequência (sic), a satisfação das necessidades da sociedade” (Silva, 2009, p. 7).

Salientando, para Smith as relações de compra e venda reverberam na vida em sociedade, onde sofre determinações e integram uma grande rede de relações recíprocas.

⁴ BEHRING, Elaine R.; BOSCHETTI, Ivanete. Política social: fundamentos e história. São Paulo: Editora Cortez, 2006. (Biblioteca Básica de Serviço Social, v.2).

E nela, se a cada indivíduo for garantida a liberdade de agir por conta própria, pela defesa dos seus interesses, mesmo guiado pela busca da riqueza, acaba sendo “levado como que por uma mão invisível a promover um objeto que não fazia parte de suas intenções”, ou seja, poderá atingir o pleno desenvolvimento econômico e com ele o bem-estar geral da sociedade. (Silva, 2009, p. 8).

Este bem comum, com toda responsabilidade, seria fundamentado no funcionamento livre e ilimitado do mercado.

Adam Smith não acreditava na extinção do estado, pois considerava que o estado é “um mal necessário”, pois para permitir uma maior liberdade - ao mercado - seria necessário a existência de um “corpo de leis” e ação do estado. “Assim, na lógica liberal-burguesa o Estado se faz necessário, desde que funcione a serviço e sob o controle do capital” (Silva, 2009, p. 8).

Tais ideias, aqui brevemente apresentadas, representam como as sociedades deveriam ser e de que modo deveriam pensar e fazer a política e a economia. O liberalismo começou a ter uma realização efetiva somente a partir do século XIX, “[...] quando o mercado foi claramente demarcado na sociedade, a produção de mercadorias se tornou uma relação social dominante e quando os seus proprietários também foram reconhecidos como dominantes” (Silva, 2009, p. 8).

O liberalismo, viveu sua fase concreta entre meados do século XIX até as primeiras décadas do século XX, deixando de ser uma proposta para ser a base do desenvolvimento capitalista emergente. Entretanto, essa lógica de mercado deixava de fora grande parte da população do processo produtivo, acarretando uma grande massa de desempregados, uma pobreza crescente e um aumento significativo das desigualdades e tensões sociais. Desse modo, “com esse processo de exclusão foi possível entender que a liberdade de mercado não era para todos, mas sim para os proprietários do capital e isso favoreceu o enfraquecimento das bases de sustentação do ideário liberal” (Silva, 2009, p.9).

Com isso, se deu dois processos político-econômicos que contribuíram para o enfraquecimento do ideário liberal: o movimento operário, que lutava pela emancipação humana e a concentração e monopolização do capital, com a criação de empresas que dependiam de um grande número de investimentos, ou melhor, na fusão do capital bancário e industrial, que dá origem ao capital financeiro (Behring; Boschetti⁵, 2006, *apud* Silva, 2009).

Perdendo ainda mais sua credibilidade, em 1929 o capitalismo entra em sua primeira grande crise, conhecida como “a Grande Depressão”, que se iniciou com a quebra da bolsa de

⁵ BEHRING, Elaine R.; BOSCHETTI, Ivanete. Política social: fundamentos e história. São Paulo: Editora Cortez, 2006. (Biblioteca Básica de Serviço Social, v.2).

Nova York e se alastrou mundialmente. Tal crise, foi desencadeada pela superprodução que levou uma grande oferta de mercadorias, havendo redução de preços e falências de empresas. “Além disso, a existência das instituições políticas foi ameaçada mostrando que a crise não era apenas econômica, mas também de legitimidade do capitalismo” (Silva, 2009, p. 9).

Para superar essa crise, em 1936, John Maynard Keynes, economista inglês, formula uma proposta de maior destaque, explicitada em sua obra “A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda”, uma crítica ao liberalismo econômico e defesa de um Estado forte em que haja maior intervenção do Estado na economia com o objetivo de combater o desemprego e reacender a produção. Keynes (1936) considera que o setor privado, sozinho, não consegue estabilizar a economia e evitar crises do capitalismo.

O ideário liberal acreditava que “[...] os sistemas políticos democrático-liberais demonstrariam factualmente sua superioridade assegurando, ao mesmo tempo, um máximo de eficiência econômica, de justiça social e de liberdade individual” (Dicionário de Política, 1968, p. 703). Porém, Keynes não acreditava na auto-regulação do mercado, ou seja, na mão invisível do mercado e também no fato de que as subjetividades extra-econômicas, como a crise e o desemprego, influenciavam o mercado. Para ele, “o equilíbrio entre a oferta e demanda somente seria possível com a regulação do Estado na economia” (Silva, 2009, p. 10). Sendo o Estado responsável por medidas macroeconômicas, como a repartição de rendas, investimento público suplementar e aumento da quantidade de moedas.

O Estado para Keynes tem papel fundamental na economia, sendo um elemento importante para o equilíbrio entre capital e trabalho e, principalmente, como um agente fiscalizador.

Isto porque, ao utilizar a tributação, o Estado poderia: promover investimentos no mercado produtivo; promover o pleno emprego através da produção privada e dos serviços públicos; e assegurar o atendimento das necessidades sociais, para as pessoas consideradas incapazes para o trabalho, através das políticas sociais, buscando assim reduzir as desigualdades sociais. (Silva, 2009, p. 10)

Tais ideias apresentadas por Keynes foram implementadas principalmente na Europa do pós-guerra, como Estado de Bem Estar Social, contribuindo fortemente para o avanço do capitalismo e para o Estado social que, regulamentado pelo estado, se torna, com suas políticas, um apoio direto à acumulação de capital e ajuda para os excluídos do mercado.

Sendo assim, Keynes rompe parcialmente com o liberalismo, embora não se contraponha individualmente e nem à economia de mercado, pois somente buscava formas capitalistas para as crises capitalistas.

Como as crises do capitalismo são cíclicas, em 1970 se inicia novamente uma nova crise e, tomando como base o liberalismo, Friedrich Hayek e Milton Friedman reforçam a continuação e inovação das ideias liberais, nomeando-a neoliberalismo, visando o melhoramento e a preservação do capitalismo (Silva, 2009).

3.2. Neoliberalismo

O Neoliberalismo pode ser definido como uma ideologia, uma corrente de pensamento ou como uma forma de ver e julgar o mundo que “se tornou hegemônico como modalidade de discurso e passou a afetar tão amplamente os modos de pensamento que se incorporou às maneiras cotidianas de muitas pessoas interpretarem, viverem e compreenderem o mundo”. (Harvey, 2008, p. 4).

É uma doutrina que tem uma visão conservadora, que combate principalmente a política do Estado de Bem-Estar-Social, norma básica da social-democracia e uma das formas utilizadas pelo Keynesianismo⁶ para combater a crise econômica que se iniciou em 1929. “Os pensadores neoliberais argumentam que o igualitarismo (relativo) promovido por esse modelo, destruiria a liberdade dos cidadãos e a vitalidade da concorrência, da qual dependia a prosperidade de todos.” (Carinhato, 2008, p. 38).

Os ideais do liberalismo clássico são retomados e, desse modo, o neoliberalismo reforça o liberalismo, que “[...] constituiu-se como uma corrente teórica econômica. A construção da hegemonia neoliberal baseou em obras de teóricos que defendiam o “Estado mínimo”, assim como, Adam Smith, Hayek, Friedman, Mises entre outros.” (Marques, 2016, p. 4).

O Neoliberalismo, começou a ser implementado em 1970 com a crise do petróleo, cuja principal defesa é a não intervenção do estado na economia e uma maior autonomia dos cidadãos na política e na economia, “liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio” (Harvey, 2008, p.3).

Surgindo como uma saída para o capitalismo que precisava de novas formas de expansão e de acumulação de capital, o Neoliberalismo tem sua origem no século XX, logo após a II Guerra Mundial, sendo, na Europa e na América do Norte, um projeto político-econômico contrário ao Estado intervencionista que ressalta a ideia de Bem-Estar-Social (Welfare State) (Marques, 2016).

⁶ “[...] consistiu em reexaminar o conjunto dos meios jurídicos, morais, políticos, econômicos e sociais que permitiam a realização de uma “sociedade de liberdade individual”, em proveito de todos” (NEDER, 2019, p. 6).

Segundo Dardot e Laval⁷ (2016, p.133 *apud* Neder, 2019, p. 6) a origem do neoliberalismo,

[...] remete à realização do Colóquio Walter Lippmann, em 1938 na cidade de Paris, diferentemente do que é comumente divulgado, ao associar a sua criação à Sociedade Mont Pèlerin na Suíça (1947), esta fundada por Frederich Hayek e Ludwig von Mises, com a participação de influentes filósofos e economistas da época e que também tinham como objetivo a promoção dos princípios liberais.

Esse colóquio foi realizado e teve como principal organizador o filósofo francês Louis Rougier, sendo uma ocasião para o lançamento do livro de Walter Lippmann, com o título *La Cité Libre*, um manifesto da reconstrução do liberalismo. Segundo Neder

Rougier, por sua vez, acreditava que, para o liberalismo permanecesse como principal doutrina econômica das sociedades capitalistas, era necessária a sua refundação teórica, tendo como princípio uma política liberal ativa e que evitasse os efeitos negativos do naturalismo do *laissez-faire*. (Neder, 2019, p.7).

Tal colóquio foi de suma importância, mas a fundamentação teórica do Neoliberalismo vem de Hayek, "Isto é, um dos primeiros filósofos que publicou o primeiro manifesto sobre o neoliberalismo, na década de 50, foi Friedrich Hayek, no qual publicou o livro intitulado, *O Caminho da Servidão*, escrito em 1944." (Marques, 2016, p. 13).

Em 1947, Hayek convocou uma reunião com aqueles que acreditavam na sua orientação ideológica, numa pequena estação em Mont Pèlerin, na Suíça. Entre os convocados, podemos citar os filósofos: Milton Friedman, Ludwig Von Mises, Walter Eupken e Walter Lipman.

Dessa reunião, fundou-se a Sociedade de Mont Pèlerin, rigidamente organizada e com reuniões internacionais a cada dois anos. O propósito dessa sociedade era acabar com o Keynesianismo e a política de bem-estar-social, tendo em vista um outro modo de capitalismo.

A fundação da sociedade Mont Pèlerin, significou a disseminação dos reais ideários neoliberais, os "perigos" do Estado intervencionista. Hayek a partir desta sociedade defendia que o novo igualitarismo, promovido por este Estado de bem-estar social, destruiria a liberdade dos cidadãos e a vitalidade da concorrência. O neoliberalismo proclamava o fim de um Estado intervencionista, e defendia o livre comércio, um mercado sem fronteiras, sem limites. (Marques, 2016, p. 13).

Essa doutrina neoliberal é também conhecida como Consenso de Washington⁸, sugerindo algo que remete a uma ordem global, que

[...] significou uma nova ordem mundial do capital, teve como objetivo ditar políticas a governantes conservadores, de perfil liberal, com o intuito de fazer as

⁷ Dardot, P.; Laval, C. A. Nova Razão do Mundo Ensaio sobre a Sociedade Neoliberal. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

⁸ "Trata-se de uma reunião sem caráter deliberativo, realizada no ano de 1989, entre acadêmicos e políticos norte-americanos e latino-americanos para buscar soluções que findassem com a estagnação reinante por mais de vinte anos na América Latina. Ao cabo do evento, conformou-se um paper composto por dez recomendações, que posteriormente daria origem a um livro do economista John Williamson intitulado *Washington Consensus*" (Carinhato, 2008, p. 40)

mudanças supostamente necessárias para se modificar o papel do Estado frente à sociedade, sob o argumento de que elas seriam imprescindíveis para a inserção de seus respectivos países no mundo contemporâneo globalizado. (Marques, 2016, p. 12).

O “consenso de Washington” foi o ponto básico para os projetos neoliberais nos países americanos. Integrantes do FMI (Fundo Monetário Internacional), do Banco Mundial, Estados Unidos e países latinos americanos se reuniram para analisar as economias do continente, no qual “O FMI e o Banco Mundial se tornaram a a partir de então centros de propagação e implantação do “fundamentalismo do livre mercado” e da ortodoxia neoliberal” (Harvey, 2008, p.29).

O consenso de Washington foi estabelecido pelo economista neoliberal John Williamson, que criou um conjunto de regras de atuação do FMI baseado nos preceitos neoliberais. Para conseguir ajuda financeira do FMI os países deveriam aderir às regras do consenso (Carinhato, 2008).

Para controlar a inflação e modernizar o Estado, dessa reunião resultou um conjunto de medidas, tais como o ajuste fiscal, a redução do tamanho do Estado, a privatização, a abertura comercial, a abertura financeira, a fiscalização dos gastos públicos e o fim das obras faraônicas, além de investimento em infra-estrutura básica e na terceirização (Carinhato, 2008).

Tais medidas do consenso de Washington esboça o plano neoliberal, propondo uma cartilha básica para as economias em desenvolvimento que quisessem aderir a ajuda oferecida pelo FMI e pelo Banco Mundial que alinham-se às características do neoliberalismo (Carinhato, 2008)..

Com uma série de estratégias políticas e econômicas, o neoliberalismo foi orientado como solução para a crise na década de 70, introduzindo uma nova ordem mundial e uma nova etapa do capitalismo. “Ademais, o próprio colapso da URSS contribuiu tangencialmente para o triunfo do neoliberalismo liderado e simbolizado por Thatcher e Reagan” (Carinhato, 2008, p. 38- 39).

Com isso, as ideias neoliberais ganharam força, no qual segundo Anderson⁹ (1995, *apud* Marques, 2016, pág.13-14)

[...] As raízes da crise, afirmavam Hayek e seus companheiros, estavam localizadas no poder excessivo e nefasto dos sindicatos e, de maneira mais geral, do movimento operário, que havia corroído as bases de acumulação capitalista com suas pressões

⁹ Anderson, Perry. In Sader, Emir & Gentili, Pablo (orgs.) Balanço do neoliberalismo. Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.

reivindicativas sobre os salários e com sua pressão parasitária para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais.

Com o processo de desregulamentação da força de trabalho e o enfraquecimento ou aparelhamento das forças sindicais, são diminuídos os direitos trabalhistas e o padrão médio de vida da classe trabalhadora, o que acarreta ao neoliberalismo constantes críticas.

Sendo assim, o neoliberalismo se consolidou a partir da década de 80 nos países ocidentais, no qual teve como principal característica a não intervenção estatal em vários setores da economia (Marques, 2016).

O Neoliberalismo critica a política de Estado, pois acredita que a intervenção do estado é opressora, limita as ações comerciais e tira a liberdade econômica. Sendo assim, Boito¹⁰ (1999, p. 45 *apud* Carinhato 2008, pág. 38), diz que

Essa ideologia de exaltação do mercado se expressa através de um discurso polêmico: ela assume, no mais das vezes, a forma de uma crítica agressiva a intervenção do Estado na economia. O discurso neoliberal procurava mostrar a superioridade do mercado frente à ação estatal.

Os adeptos de tal doutrina acreditavam que com a retirada do estado, a ordem econômica seria regulada, pois como o estado tem grande influência e tamanho, os especialistas neoliberais afirmam que ele é o principal responsável pelo mau funcionamento do mercado livre, pois através de sua grandeza e poder constrange os intermediários privados. Para eles, a função do Estado é apenas fornecer uma boa estrutura para o funcionamento das práticas neoliberais e ser um agente regulador de tais práticas político-econômicas (Neder, 2019).

As principais características do Neoliberalismo são a propriedade privada, o livre mercado, privatização de empresas estatais, a livre circulação de capitais internacionais, a abertura econômica para a entrada de empresas multinacionais, a adoção de medidas contra o protecionismo econômico, a redução de impostos, tributos cobrados indiscriminadamente (Marques, 2016).

Uma das premissas do neoliberalismo é o desaparecimento do Estado, ou melhor, as privatizações. Acreditando-se que o mercado seja gerido pela “mão invisível”, anteriormente defendido pelo liberalismo, que funciona pela lei da oferta e da procura e pela livre concorrência, enfatiza-se que o estado é um mau gestor que só atrapalha o bom andamento das leis do mercado, portanto devendo ser enfraquecido ou neutralizado (Marques, 2016)

Ainda assim, o neoliberalismo possui outras características, como por exemplo a globalização, que é um terreno propício para a expansão neoliberal, no qual quebra a barreira

¹⁰ Boito Jr, Armando. Política Neoliberal e Sindicalismo no Brasil. Ed. Xamã, São Paulo, 1999.

entre os países por meio da tecnologia, ocorrendo uma livre concorrência, aumentando o consumo, criando novos estilos de vida e reconfigura o domínio capitalista (Marques, 2016).

Marques, afirma que “A globalização tornou-se sinônimo do neoliberalismo apontando para as transformações ocorridas no âmbito político, econômico e social, sendo assim, um dos meios para a consolidação da hegemonia neoliberal foram os veículos de comunicação” (2016, p. 15).

O neoliberalismo se caracteriza também pelo crescimento da desigualdade social e econômica, pelo aumento da pobreza dos povos e das nações mais atrasadas, por um meio ambiente catastrófico e por uma economia instável. Onde os defensores neoliberais se baseiam na inexistência de alternativas, argumentando que o único caminho transitável seria por meio da expansão do capitalismo e do livre mercado. Segundo Boito¹¹ (1999, p. 77 *apud* Carinhato, 2008, p. 37) “a pobreza não é um dado natural com o qual se deparam os governos neoliberais; ela é produzida pela própria política econômica neoliberal, que reduz o emprego e os salários e reconcentra a renda”

Sendo um projeto político inovador para as formas de acumulação de capital. Uma das características dessa implementação neoliberal foi a formação de intelectuais e organizações de instituições internacionais, podendo citar: a OCDE (Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico), a OMC (Ordem Mundial do Comércio) e o FMI (Marques, 2016).

Importante ressaltar que a OCDE remediava as crises econômicas com métodos keynesianos, e que só no final da década de 70, com Thatcher no governo da Inglaterra, que se empenhou em colocar em prática o programa neoliberal. Logo em seguida com Reagan nos Estados Unidos, Kohl na Alemanha e Schluter na Dinamarca (Anderson¹², 1995, *apud* Marques, 2016).

As primeiras nações a implementarem essa doutrina foram a Inglaterra com Margareth Thatcher e os Estados Unidos com Ronald Reagan, no início dos anos 80, época em que passaram a disseminá-la pelo mundo. Em alguns países, como no Chile, essa doutrina foi imposta por meio de governos ditatoriais. No Brasil, ela foi implementada a partir dos anos noventa, no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, devido às suas economias estarem dependentes e fragilizadas (Carinhato, 2008).

¹¹ Boito Jr, Armando. Política Neoliberal e Sindicalismo no Brasil. Ed. Xamã, São Paulo, 1999

¹² Anderson, Perry. In Sader, Emir & Gentili, Pablo (orgs.) Balanço do neoliberalismo. Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

Segundo Chomsky¹³ (2002 *apud* Marques, 2016, p. 15) as forças empresariais, maiores e mais agressivas, normatizam seus poderes políticos em todas as frentes possíveis, ficando cada vez mais difícil contestá-las, tornando impossível a existência de forças extra mercado, não-comerciais e democráticas.

Contemplando os interesses da burguesia e impondo uma cultura única, o neoliberalismo baseia-se na internacionalização da economia, na financeirização do capital, na diminuição de direitos sociais e no fim dos sindicatos trabalhistas (Marques, 2016).

Tais práticas “[...] trouxeram uma sustentação aos valores cultuados pelo capitalismo, servindo como um arcabouço teórico para a burguesia clamar, historicamente, pela não-interferência do Estado nas relações econômicas-políticas.” (Marques, 2016, p. 16).

Pode-se dizer que o neoliberalismo é muito mais que uma corrente econômica, pois age como um padrão social de comportamento. Sua implementação, baseada no regime Toyotista de acumulação, eleva a individualização do comportamento, principalmente no campo profissional, sendo amplamente difundida pelos ideais do empreendedorismo (Harvey, 2008).

Contudo, na prática, esse sistema político-econômico, o neoliberalismo, só trouxe como consequência a acumulação de capital para uma mínima parcela da sociedade: a burguesia. Apesar das crises cíclicas do capitalismo e da doutrina neoliberal, exemplificando a recente crise de 2008 que atingiu a União Européia, o Neoliberalismo é, ainda, o principal sistema econômico adotado pela maioria dos países na atualidade que vem, inclusive, influenciando diversas áreas, especialmente a educação.

Como já explicitamos, o Neoliberalismo é muito mais que uma teoria econômica e tendo influência na educação, consideramos importante discutir sua performance e difusão nessa área.

3.3 Neoliberalismo na Educação

Como o Neoliberalismo é baseado na não intervenção do estado, no livre mercado e no consumismo, na educação ele visa funcionar a sua semelhança, deixando a educação de ser parte do campo social e político para se tornar uma mercadoria, um produto.

Segundo Lopes e Caprio (2008), o Neoliberalismo enxerga a escola no âmbito do mercado e das técnicas de gerenciamento, trocando o conteúdo político da cidadania pelos direitos do consumidor.

¹³ Chomsky, Noam. O lucro ou as pessoas? Neoliberalismo e a Ordem Global. Bertrand Brasil. 2002.P.4.

Sendo a educação neoliberal sujeita aos interesses econômicos cada vez maior, se torna impossível a ocorrência de mudanças sociais, pois tal educação acarreta em sujeitos individualistas e competitivos. Ocorrendo uma subjetivação dos estudantes dentro de uma lógica mercantil, transformando-os em empresários de si e sempre enfatizando a meritocracia, ou melhor, a corrida pelo sucesso (Lopes; Caprio, 2008).

O Banco Mundial tem um papel fundamental no cenário da política educacional, ele que foi concebido em 1944 para financiar a restauração da Europa após a Segunda Guerra Mundial, vem desempenhando um papel de reestruturação neoliberal dos países em desenvolvimento, “considerando a educação como um instrumento fundamental para promover o crescimento econômico e a redução da pobreza” (Lopes; Caprio, 2008, p.3).

De acordo com Gentili (1996, p. 7-8), “o Banco Mundial e, mais recentemente, uma série de intelectuais transnacionalizados (os experts) que, assumindo um papel pretensamente evangelizador, percorrem o mundo vendendo seus papers pré-fabricados a quem mais lhes oferecer.”

O Banco Mundial propõe 10 reformas educativas aos países em desenvolvimento, tais como: A prioridade depositada sobre a educação básica; a melhoria da qualidade (e da eficiência) da educação como eixo da reforma educativa; a prioridade sobre os aspectos financeiros e administrativos da reforma educativa; descentralização e instituições escolares autônomas e responsáveis por seus resultados; a convocação para uma maior participação dos pais e da comunidade nos assuntos escolares; o impulso do setor privado e os organismos não – governamentais (ONGs) como agentes ativos no terreno educativo tanto nas decisões como na implementação; a mobilização e a alocação eficaz de recursos adicionais para a educação de primeiro grau; um enfoque setorial; a definição de políticas e prioridades baseadas na análise econômica (Lopes; Caprio, 2008).

Disseminado pelo Banco Mundial e por meio da globalização, os países em desenvolvimento, como o Brasil, têm seguido ações neoliberais e suas concepções teóricas estão presentes na elaboração dos currículos escolares (Lopes; Caprio, 2008).

Assim sendo, o Banco Mundial atende aos interesses do capital internacional, no qual “A educação restringe-se ao papel de reproduzir a força de trabalho para o capital, formar ideologicamente conforme os interesses do mesmo e servir como segmento do mercado a ser explorado comercialmente pelo setor privado” (Lopes; Caprio, 2008, p. 8).

Pode-se perceber que com essa onda neoliberal, escolas e universidades se transformam cada vez mais em pequenas ou grandes incubadoras de empresas, ou melhor, se faz crescente a crença de que o empreendedorismo é a única alternativa possível. Cada aluno passa a ser

uma unidade de investimento e uma potência empreendedora, onde sua falha ou exclusão se deve ao fato de não ter feito os investimentos certos nos momentos apropriados (Raasch *et al*, 2020).

A educação neoliberal deve estar atrelada às necessidades do mercado de trabalho, ou melhor, as demandas do mundo do emprego. Mas isso não está ligado à garantia de emprego e nem à criação de fontes de trabalho, apenas à adaptação do sujeito às demandas do mercado de trabalho. A educação neoliberal deve apenas fornecer essa ferramenta para a competição nesse mercado, onde o restante depende apenas do sujeito (Fabris; Lopes¹⁴, 2013, *apud* Raasch *et al*, 2020).

A meritocracia e o empreendedorismo são os principais valores adotados pelas instituições escolares neoliberais que visam formar cidadãos aptos a entrarem no competitivo mundo capitalista. O mercado educacional trará eficácia e eficiência com competição interna e o desenvolvimento de um sistema de prêmios e castigos baseado no mérito (Gentili, 1998). Assim, “se os sistemas de Total Quality Control (TQC) têm demonstrado um êxito comprovado no mundo dos negócios, deverão produzir os mesmos efeitos produtivos no campo educacional” (Gentili, 1998, p. 8).

Nesse sentido, segundo Pizolati¹⁵ (2020, p. 525 *apud* Raasch *et al*, 2020, p.5) “o fracasso ou o sucesso seriam então atribuídos aos resultados das escolhas de vida e não mais a fatores externos, tais como crises econômicas”

Com isso, “a educação restringe-se ao papel de reproduzir a força de trabalho para o capital, formar ideologicamente conforme os interesses do mesmo e servir como segmento do mercado a ser explorado comercialmente pelo setor privado” (Lopes; Caprio, 2008, p. 8).

Segundo Marrach¹⁶ (1996, p. 46-48 *apud* Raasch, 2020, p. 8) as características de uma educação neoliberal são:

1. Atrelar a educação escolar à preparação para o trabalho e a pesquisa acadêmica ao imperativo do mercado ou às necessidades da livre iniciativa. Assegurar que o mundo empresarial tem interesse na educação porque deseja uma força de trabalho qualificada, apta para a competição no mercado nacional e internacional. [...]
2. Tornar a escola um meio de transmissão dos seus princípios doutrinários. O que está em questão é a adequação da escola à ideologia dominante. [...]
3. Fazer da escola um mercado para os produtos da indústria cultural e da informática, o que, aliás, é coerente com idéia de fazer a escola funcionar de forma semelhante ao mercado, mas é contraditório porque, enquanto, no discurso, os neoliberais condenam a

¹⁴ FABRIS, E. T. H.; LOPES, M. C. Inclusão & Educação . Autêntica, 2016.

¹⁵ PIZOLATI, A. R. C. A influência do discurso neoliberal na governamentalidade pedagógica no Brasil contemporâneo. Revista Cocar, v.14, n.28, p.521-540, jan/abr. 2020.

¹⁶ MARRACH, S. A. Neoliberalismo e Educação . In: GUIRALDELLI JUNIOR, P. (Org.). Infância, Educação e Neoliberalismo. São Paulo: Cortez, 1996.

participação direta do Estado no financiamento da educação, na prática, não hesitam em aproveitar os subsídios estatais para divulgar seus produtos didáticos e paradidáticos no mercado escolar.

Portanto, pode-se perceber que a educação neoliberal é totalmente voltada para o mercado de trabalho, se baseando nas regras de uma empresa, onde quem tem mais resultado mais se destaca, ou seja, sendo uma questão de meritocracia, competição e individualismo em que somente você (o indivíduo) é responsável pelo seu fracasso ou sucesso.

Tais aspectos podem ser percebidos ao analisarmos alguns livros didáticos de matemática em que se vê destacada a questão do empreendedorismo, especialmente no caso do trabalho com juros ou mesmo com planilhas para saber trabalhar em uma empresa ou para abrir sua própria empresa. Vê-se muitos exemplos de empréstimos, onde se traz a ideia de que com um bom planejamento financeiro o sujeito consegue consumir o que quiser, ou melhor, incentiva-se o consumismo.

Esses indícios do neoliberalismo na educação são destacados por diversos autores, como Silva¹⁷ (1994, p. 12 apud Raasch *et al.*, 2020, p.8). Para o autor,

Nesse projeto, a intervenção na educação com vistas a servir os propósitos empresariais e industriais tem duas dimensões principais. De um lado, é central, na reestruturação buscada pelos ideológicos neoliberais, atrelar a educação institucionalizada aos objetivos estreitos de preparação para o local de trabalho. No léxico liberal, trata-se de fazer com que as escolas preparem melhor seus alunos para a competitividade do mercado nacional e internacional. De outro, é importante também utilizar a educação como veículo de transmissão das idéias [sic] que proclamam as excelências do livre mercado e da livre iniciativa. Há um esforço de alteração do currículo não apenas com o objetivo de dirigi-lo a uma preparação estreita para o local de trabalho, mas também com o objetivo de preparar os estudantes para aceitar os postulados do credo liberal.

Ressalta-se que essa educação neoliberal visa formar sujeitos competitivos para o mercado de trabalho e mostrar as belezas do livre mercado e da livre iniciativa. E, é claro, aceitar as conjecturas do liberalismo sem criticidade e reflexão alguma, impondo sua ideologia sem obstáculo algum.

Mas uma pergunta importante se impõe: o que se perde com uma educação neoliberal? Como vimos acima, a educação neoliberal visa funcionar de forma semelhante ao mercado, salientando o sujeito empreendedor, competitivo e fundamentado na meritocracia.

Porém, é necessário perceber que a educação vai muito além de aprender apenas a ler e escrever, devendo ser responsável pela formação do cidadão crítico e não por fomentar o

¹⁷ SILVA, T. T. A "nova" direita e as transformações na pedagogia da política e na política da pedagogia. In: Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação. Petrópolis: Ed. Vozes, 1994.

desejo e incentivar a busca por suprir apenas realizações pessoais ou cultuar uma ideia de que a educação não é para todos.

3.4 O que se perde com uma educação neoliberal?

Uma educação pautada no neoliberalismo se esvai em todo o processo de formar sujeitos críticos, pensantes e reflexivos, pois seu intuito visa somente formar mão de obra barata para o mercado de trabalho, formando sujeitos competitivos e consumistas (Lopes; Caprio, 2008).

Lopes e Caprio (2008) afirmam que o neoliberalismo considera as escolas no quadro dos mercados e das técnicas de gestão, esvaziando o conteúdo político da cidadania e substituindo-o pelos direitos do consumidor.

Tal educação enfatiza a formação humana como necessidade de capital, no qual atua por trás da necessidade de competitividade e de livre escolha, enfatizando que as escolas devem ser pensadas e avaliadas como se fossem empresas produtivas. Com isso, busca-se não uma formação que tenha papel transformador de sujeitos em cidadãos críticos, reflexivos e perceptivos, conscientes de seu papel na sociedade, mas sim pautada nos interesses econômicos e nos discursos neoliberais (Raasch, 2020).

Sendo uma educação meritocrática, “Ela ordena, hierarquiza, classifica os indivíduos em função de seus méritos, postulando em revanche que esses indivíduos são iguais” (Raasch *et al.*, 2020, p. 5). Visa-se uma formação para o desenvolvimento de competências e habilidades úteis ao mercado de trabalho, formando sujeitos aptos para o trabalho mas sem sua plena garantia, num país que enfrenta um árduo desemprego estrutural (Raasch *et al.* 2020)

A escola forjada em um modelo neoliberal visa transmitir certas competências e desenvolver habilidades para que os sujeitos atuem num mercado de trabalho cada vez mais competitivo e seletivo, cujo êxito se obtém pela meritocracia (Gentili, 1998).

Além disso, uma concepção de Educação como mercadoria, reflete grande número de aprovação e baixa qualidade de aprendizagem, sendo que o fracasso recai sobre o próprio sujeito e não mais na sociedade ou no estado. Os alunos são levados a identificarem-se como os únicos responsáveis pelo seu desempenho, tendo como meta e responsabilidade, principalmente seu sucesso, havendo uma pressão para a obtenção de bons resultados (Raasch, 2020).

A partir do momento em que a escola passa a ser vista como um mercado, começa-se a ideia da privatização e as aspirações neoliberais ganham eco, deixando-se em segundo plano a capacidade crítica ou a formação cidadã (Raasch, 2020).

Os neoliberais apontam que a crise educacional se dá pela improdutividade das práticas pedagógicas e pela gestão administrativa, ou seja, pela ineficácia da escola e pela incompetência das pessoas que trabalham nela. Não só a crise educacional se explica pela ineficiência do gerenciamento de políticas públicas estatais e pela educação ser estatizada, como há uma ausência de mercado educacional (Gentili, 1998).

A lógica neoliberal é sempre buscar meios de privatizações, agravando as desigualdades sociais e transformando a educação em máquina de disciplinamento. Como afirma Alves (2011, p. 15), uma escola idealizada no modelo neoliberal, faz com que “O magistério continua desvalorizado e vítima do senso comum que o responsabiliza por todos os fracassos e problemas evidentes”. Além disso, ele enfatiza que há falsas noções de direitos sociais e igualdade nas sociedades ditas democráticas, pois se aceita

que uma sociedade pode ser democrática sem a existência de mecanismos e critérios que promovem uma progressiva igualdade e que se concretizam na existência de um conjunto inalienável de direitos sociais e de uma série de instituições públicas nas quais tais direitos se materializam. (Gentili, 1998, p. 5- 6).

Salienta-se, ainda, que, nesse modelo de educação “[v]erifica-se somente a busca de interesses pessoais, custe o custar, até mesmo o futuro de crianças inocentes, que só querem ter garantido dignamente o direito de serem educadas” (Lopes; Caprio, 2008, p.13).

Segundo Dubet¹⁸ (2008 apud Raasch *et al.*, 2020, p. 6)

Se compreendemos a Educação situada dentro da ótica neoliberal, que pressiona os alunos por contínuos bons resultados, devemos lembrar que os vencidos só podem, portanto, apegar-se a si mesmos, só podem atribuir a si mesmos a causa de seu fracasso. Ameaçados em sua auto-estima, eles oscilam entre o desânimo e a depressão, sentindo-se indignos das esperanças neles depositadas pelos seus professores, pela sua família e por si mesmos.

Fica, pois, claro que tal educação neoliberal visa transferir a educação do campo político para a esfera de mercado, questionando seu caráter de direito fundamental a caráter de propriedade, evidenciando a institucionalização da competitividade entre os sujeitos e fundamentando o esforço individual e o mérito (Gentili, 1998).

Tais características neoliberais podem ser vistas e encontradas nos livros didáticos de matemática que, embora possam não ter explicitamente o objetivo de formar sujeitos

¹⁸ Dubet. O que é uma escola justa?: a escola das oportunidades . Cortez, 2008.

neoliberais ou ter o intuito de formar sujeitos empreendedores, consumistas, competitivos e crentes na meritocracia, incentivam características que evidenciam tal corrente.

Segundo Silva (2019, p. 397), “[...] o livro didático de matemática é uma ferramenta potente para endereçar conjuntos de valores alinhados às ideias neoliberais” e como tal devem ser cuidadosamente analisados e escolhidos para o trabalho em sala de aula.

Assim sendo, buscamos, neste trabalho, analisar o livro didático de matemática para destacar aspectos de suas atividades que evidenciem características neoliberais. Para tanto, vamos interpretar a forma de exposição dos temas e os exercícios propostos, as enunciações, entre outros detalhes que possam ser perceptíveis.

Considera-se que, sendo o livro didático uma ferramenta fundamental desde os anos 60, ele tem um papel importante no conhecimento do aluno, ficando claro que ele é um recurso que pode pregar uma ideologia dominante, ou melhor, propagar ideais, conforme será discutido a seguir.

4 O livro didático em foco

Neste capítulo apresentaremos a importância do livro didático para sala de aula, com suas características e implicações, e seguiremos, com a opção feita para a análise, isto é, a explicitação do que nos levou a tal escolha, sua importância e a relevância para a contemporaneidade.

4.1 A importância do livro didático para a sala de aula

O livro didático de matemática é um recurso muito importante e muito utilizado na sala de aula e mesmo para a preparação das aulas. Sendo um recurso auxiliar ao processo de ensino e aprendizagem, ele se torna parte desses processos, auxiliando o professor em sua tarefa de ensinar e servindo aos alunos como um modo de favorecer a aprendizagem de um conteúdo novo ou mesmo para a revisão de conteúdos já aprendidos, além da resolução de exercícios, normalmente considerada essencial à aprendizagem matemática.

Segundo Araújo (1992), os livros didáticos de matemática são um instrumento como outros meios de comunicação que têm o objetivo de informar e esclarecer, tendo um grau elevado de importância na produção de conhecimento e estímulo do raciocínio matemático.

O livro didático apresenta ao aluno o conteúdo através de ilustrações, textos, informações, gráficos e tabelas, sendo um instrumento necessário, mas não suficiente, para a

aprendizagem. Também traz atividades e exercícios para iniciar ou reforçar os temas e desenvolver certas habilidades. Com o livro didático alunos e professores podem compreender certos assuntos, tirar dúvidas e avançar progressivamente.

O livro didático, de acordo com Araújo (1992, p. 3), é uma opção desde a década de 1960, sendo “o principal recurso” utilizado pelo professor para ensinar. No entanto, esse autor nos alerta, considerando pesquisas de Freitag¹⁹ (1989, p. 127 *apud* Araújo, 1993, p.4), que o livro didático é “uma mercadoria e, como tal, em uma sociedade capitalista, está submetida às leis do mercado”. Logo, olhar para aspectos ou concepções subjacentes aos conteúdos parece relevante à pesquisa em Educação Matemática.

Os primeiros livros didáticos relacionados à Matemática conhecidos no Brasil foram traduções de livros estrangeiros, muito utilizados na formação de alunos da Academia Militar do Rio de Janeiro. Alpoim foi quem criou os dois primeiros livros de Matemática do Brasil, embora esses livros tenham sido impressos em Lisboa e Madrid respectivamente, pois não existiam máquinas de impressão de livros no Brasil (Valente, 2008).

Como muitos livros didáticos estão em prol das leis do mercado, eles acabam deixando de lado toda a realidade e vivência do aluno, apresentando-se completamente diferentes do dia-a-dia dos alunos, às vezes presos às vantagens do mercado (Araújo, 1992)..

Portanto, o professor deve ter cuidado ao utilizá-lo, escolhendo-o de forma crítica, levando em consideração o contexto e a realidade em que ele será utilizado.

Os livros didáticos de Matemática sempre se apresentam com temas centrais, podendo se relacionar de modo interdisciplinar e não apenas ser trabalhado isoladamente. Ainda, os temas que apresentam podem sempre ser retomados, aprofundados, ampliados e aperfeiçoados, dependendo da forma como o professor opta por fazer o seu trabalho e de como ele foi estruturado (Dante, 1996).

O livro didático de Matemática, normalmente, traz muitos gráficos, figuras, ilustrações, tabelas e cores para chamar a atenção do seu leitor e despertar-lhe o interesse, incentivando à aprendizagem dos temas que estão sendo tratados.

A linguagem é, também, algo muito importante no livro didático, pois se o aluno conseguir interpretar e entender o que está escrito, ele será estimulado a pensar sobre as tarefas propostas e poderá desenvolver certa forma de raciocínio (Dante, 1996).

Esses aspectos são destacados por pesquisadores em Educação Matemática que focam a análise do livro didático, como Dante (1996), para quem “[os temas] abordados no livro

¹⁹ FREITAG, Bárbara. O livro didático em questão. São Paulo: Cortez. Autores Associados, 1989.

didático precisam ter significado para o aluno, ou seja, precisam levar em conta o contexto social para o qual os alunos estão sendo preparados na escola.” (1996, p. 84).

No entanto, nem sempre esses aspectos são considerados. Dante (1996), também ressalta a importância da organização e layout da obra, com gráficos, figuras, ilustrações e tabelas que “[...] devem ser atraentes e convidativas, mas sempre com o intuito de constituírem elementos facilitadores a mais para a leitura e a aprendizagem do aluno.” (Dante, 1996, p. 87).

Relativamente à linguagem, Dante (1996, p. 85) salienta que “quando a linguagem matemática é colocada precocemente antes da exploração da idéia, ela marginaliza a compreensão da mesma.” Segundo interpretamos, é importante uma linguagem clara, que encaminhe o raciocínio do aluno sem se antecipar às definições e conceitos.

Além do aspecto da linguagem, Luckesi ²⁰ (1990, p. 144 apud Araújo, 1003, p. 4) alerta que,

encontramos livros didáticos que simplificam os conteúdos de tal forma que não auxiliam em nada os educandos a entenderem melhor o mundo, e elevarem o seu patamar de compreensão da realidade. Outras vezes, esses livros trazem conteúdos secundários que ocupam tempo de ensino do professor e de estudo dos alunos, que poderiam ser aproveitados em conteúdo e atividades essenciais e significativos. Pior que isso é, ainda, o caso de alunos que são reprovados por causa desses conteúdos secundários, pois há professores que, por não assumirem uma posição crítica, exigem que seus alunos deles se apropriem.

O modo como esses autores vão chamando a nossa atenção para o livro didático, mostra que esse recurso ao ensino e a aprendizagem deve ser analisado segundo uma visão crítica para que esteja de acordo com a realidade do dia-a-dia da sala de aula e atenda aos objetivos do professor, sendo um instrumento, mais do que ser seguido rigidamente, ele deve ser algo para inspirar e complementar as ações propostas pelo professor.

Pereira, Doneze e Proença (2023) destacam que ao seguir as regras do mercado editorial, normalmente se tem um livro didático que preza por atividades práticas ao invés de situações que exijam análise crítica e reflexão bem como não se vê uma articulação entre conteúdos. O livro didático torna-se mais uma coletânea de exercícios, na maioria das vezes repetitivos, do que um instrumento para o pensar. Interpretamos que o livro didático, por ser baseado e regido pelas leis do mercado, podem trazer traços neoliberais em sua proposta uma vez que, atualmente o neoliberalismo é a ideologia vigente no mercado.

²⁰ LUCKESI, Cipriano. Carlos. Filosofia da educação. São Paulo: Cortez, 1990. pp. 143-145.

Na visão de Popkewitz²¹ (2004 *apud* Silva, 2019, p. 385), “as características da política neoliberal são alinhadas às instruções matemáticas e transformam, num processo mágico de alquimia curricular, crianças e jovens em desejáveis estudantes de matemática e desejáveis cidadãos neoliberais.”

Os autores lidos nos permitiram entender um cenário da educação que pode vir a reforçar aspectos do neoliberalismo e, ao olhar para o livro didático, procuramos identificar se há, entre as suas propostas, indícios desse viés ideológico que podem estar presente na proposta de atividade mesmo que de forma não intencional, mas que devemos estar atentos.

4.2 A opção para a análise

Focamos nossa análise no capítulo de matemática financeira por entender que há grande importância dada atualmente para uma educação financeira e por ser um tema amplo e multidisciplinar.

Os preceitos básicos da matemática financeira dizem que é importante, ao menos, conhecer alguns conceitos de finanças como as particularidades do cartão de crédito e dos juros. Com isso se mostra sua aplicação na prática e no dia-a-dia dos sujeitos, enfatizando que a matemática financeira se manifesta e pode estar associada à atividade econômica (Pasquini; Vitor, 2023).

Segundo Pasquini e Vitor (2023, p. 9) os conceitos fundamentais da matemática financeira são a organização, planejamento e orçamento sendo que

[...]as publicações sobre o assunto, em geral, ganharam corpo especialmente na última década, sobretudo com a inclusão da disciplina Educação Financeira nos currículos das escolas de Ensino Médio, a exemplo do nosso Estado; e ainda, com a orientação que sejam abordados conteúdos de matemática em contextos de educação financeira no Ensino Fundamental.

Segundo Assaf (2012 *apud* Pasquini; Vitor, 2023, p. 14) “a Matemática Financeira trata do estudo do valor do dinheiro ao longo do tempo; logo, é necessária para analisar as entradas e saídas de dinheiro em períodos diferentes”. Pode-se dizer ainda que ela é uma área da Matemática Aplicada “cujo principal objetivo é verificar e quantificar as transações do mercado financeiro” (Silva, 2021, p. 25). No contexto escolar os conteúdos de Matemática Financeira estão relacionados ao cálculo de juros simples e compostos, o montante de uma dívida e principalmente temas abordados no dia-a-dia dos alunos.

²¹ Popkewitz, T. S. (2004). The Alchemy of the Mathematics Curriculum: Inscriptions and the Fabrication of the Child. *American Educational Research Journal*, 41(1), 3–34.

Defende-se que a Matemática Financeira é um tema indispensável para se ter qualidade de vida na sociedade atual, em vista de estarmos inseridos numa sociedade de alto consumo e que é importante ter um controle das finanças pessoais (Pasquini; Vitor, 2023). Sendo assim, a matemática financeira seria um tema de necessidade para os sujeitos da sociedade contemporânea.

Já a Educação Financeira, conforme Pasquini e Vitor (2023, p. 15), “é um instrumento de compreensão de escolhas dos indivíduos para saber utilizar o seu pensar racional para comparar, oportunizar e compreender opções.”. Silva (2021) destaca que, desde a promulgação da BNCC, a Educação Financeira é tratada nas escolas com certa relevância, pois se considera que ela contribuirá para que o aluno desenvolva a capacidade de fazer planejamento financeiro em sua vida, o que o auxilia a tomar boas decisões

Na BNCC (2018) vê-se que o estudo de conceitos básicos de economia e finanças, visando à educação financeira dos alunos, é uma proposta. Aliada a isso está a compreensão do sistema monetário contemporâneo nacional e mundial, imprescindíveis para uma inserção crítica e consciente no mundo atual.

Desse modo, entende-se que a Educação Financeira é uma proposta transversal presente na Base Nacional Comum Curricular o que legitima a sua inclusão como conteúdo de ensino e, portanto, leva os livros didáticos a proporem ações que subsidiem o trabalho do professor acerca desse tema.

5 Analisando um capítulo do livro didático

Neste trabalho, analisaremos um livro didático de Matemática do 9º ano do Ensino Fundamental II, especificamente em seu capítulo que trata o tema “matemática financeira” (Silveira, 5 ed., 2018), que são cerca de 13 páginas.

A escolha desse livro didático em particular deu-se em decorrência de, durante minha experiência no PIBID (Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência), este ter sido o livro texto adotado pelo professor do 9º ano que eu acompanhava, como base para o planejamento dos conteúdos e exercícios.

Em nossa análise focamos nas formas pelas quais foram enunciadas as situações problemas propostas, ou seja, analisamos frases presentes nas atividades bem como no material direcionado ao professor, também, nas figuras que ilustram certa proposta de atividade.

Fundamentado nos autores que trouxemos, tanto acerca das características do neoliberalismo como da importância do livro didático, olhamos para a proposta do livro e buscando traços ou aspectos do neoliberalismo nas tarefas de matemática.

Com Valente (2008, p. 158) se pode entender que a análise do livro didático de matemática nos permite compreender a própria matemática escolar ou sua forma de ensino, pois ele é “um produto cultural complexo [...] [que deve] ser compreendido para além do conteúdo de matemática que encerra”.

Conforme dissemos, entendemos que tais aspectos podem ser evidenciados no texto escrito ou mesmo nas imagens. Segundo Canclini²² (2008) e Silva²³ (2012) “quando os materiais didáticos, a partir das imagens, cingem-se à matemática financeira, fazem-no como uma prática de produção cultural, criando sentidos híbridos, heterogêneos e retirados de diferentes contextos” (*apud* Coradetti; Silva, 2018, p. 224).

Na sequência do texto trazemos a análise empreendida. As subseções foram nomeadas de acordo com os temas característicos da ideologia neoliberal, interpretada por nós e a partir da leitura dos artigos como Oliveira, Souza e Silva (2016), Sartoti e Duarte (2017), Silva (2019) entre outros. Em tais artigos, discutiam-se e apresentavam-se tais temas e certos aspectos que fomos articulando em nossa análise por considerarmos que evidenciam características neoliberais. Salientamos que houve uma leitura interpretativa de tais textos na qual tais aspectos se destacaram e, portanto, os estamos enfatizando.

5.1 Consumismo

Na ótica neoliberal torna-se necessário formar e preparar sujeitos consumidores que estão constantemente produzindo novas vontades, desejos e anseios. Claramente, conforme nossa interpretação, o objetivo é que isso se torne a principal força motora e operativa da sociedade.

Oliveira, Souza e Silva (2016) nos levam a compreender que o neoliberalismo impõe um modo de vida que controla a verdade e o desejo, um modo de vida que utiliza vários mecanismos sociais de consumo e práticas que criam desejos. Assim, um trabalho que reforce as vontades, os desejos de consumir, pode expressar intenções neoliberais.

²² GARCÍA CANCLINI, N. Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade. Tradução Heloísa Pezza Cintrão; Ana Regina Lessa. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. (Ensaio Latino-americanos).

²³ SILVA, M. A. Práticas sociais híbridas: contribuições para os estudos curriculares em Educação Matemática. Horizontes, Itatiba, v. 30, n. 2, p. 95–102, 2012.

Nas imagens abaixo apresentamos exemplos de situações problema do livro didático que envolvem compras e consumo.

Figura 1: Promoção de uma televisão



Fonte: (Silveira, 2018, p. 37)

A proposta é que os alunos observem o preço da mercadoria com o desconto e determinem o seu valor sem o desconto. No entanto, uma discussão mais voltada à necessidade de compra, por exemplo, fica à critério do professor sem ser, sequer sugerida na proposta.

Figura 2: Compra e Venda

Situação 1

Pedro comprou um relógio por R\$ 370,00 e quer vendê-lo em sua loja obtendo lucro de 25% sobre o preço de compra. Por quanto Pedro deve vender esse relógio para obter o lucro desejado?

O preço de venda (PV) do relógio deve ser igual ao preço de compra mais o lucro desejado na venda do relógio. Ou seja:

$$PV = 370 + \frac{25}{100} \cdot 370 \quad \text{— 25% sobre o preço de compra}$$

$$PV = 370 + 92,50$$

$$PV = 462,50$$

Portanto, Pedro deve vender o relógio por R\$ 462,50.



As imagens nesta página não foram apresentadas em escala de tamanho.

Fonte: (Silveira, 2018, p. 38)

Esta tarefa que o livro nomeia de “Situação 1” apresenta uma proposta de compra e venda de um relógio. A pessoa que comprou deseja vendê-lo e, para isso quer ter determinado lucro. Aos alunos é solicitado que determinem o valor que o relógio deve ser vendido para obter tal lucro.

Figura 3: Compra e venda de um carro

Situação 3

Jurandir comprou um carro elétrico por R\$ 63 000,00 e 14 meses depois teve que vendê-lo por um valor 10% menor, em função da taxa de depreciação do veículo. Qual foi o valor que Jurandir obteve com a venda desse veículo?

O preço de venda (PV) desse carro elétrico deve ser igual ao preço de compra menos a taxa de depreciação (prejuízo obtido na venda). Ou seja:



Carro elétrico para dois ocupantes.

Fonte: (Silveira, 2018, p. 39)

A tarefa da “Situação 3” apresenta a compra de um carro elétrico por determinada pessoa que, após alguns meses de uso, deseja vendê-lo por um valor menor. Essa diferença de preço é dada em porcentagem (a taxa de depreciação) e solicita-se que o aluno determine o valor de venda.

Figura 4: Notebook com desconto

Situação 4

Um *notebook* foi vendido com um desconto de 20%. Se esse *notebook* custava R\$ 3 000,00, qual foi o preço de venda com o desconto?



As imagens nesta página não foram apresentadas em escala de tamanho.

Fonte: (Silveira, 2018, p. 39)

A tarefa da “Situação 4” mostra um exemplo de venda de um notebook com desconto de vinte por cento. É dado o valor inicial da mercadoria e solicita-se que o aluno determine o valor da venda com o desconto.

Figura 5: venda de um aparelho Blu-ray



Fonte: (Silveira, 2018, p. 39)

O exercício 3 (Figura 5) também traz uma situação de venda e pede aos alunos que determinem o preço do aparelho Blu-ray que está à venda com desconto de 15%.

Figura 6: Compra de um Trator



Fonte: (Silveira, 2018, p. 49)

O exercício 4 (Figura 6) apresenta a compra de um trator que, depois de um ano, sofre uma depreciação de 25%. Pede-se aos alunos que calculem o valor de venda considerando a taxa de depreciação.

Figura 7: Desejo de comprar um tênis

12 Taís deseja comprar um tênis e viu o seguinte anúncio:



!!! PROMOÇÃO !!!
R\$ 229,00 à vista
ou
DUAS PARCELAS de R\$ 117,00

Taís possui exatamente a quantia para o pagamento à vista, mas está pensando em pagar em duas parcelas. Ela deseja pagar a primeira parcela e investir o restante em uma aplicação por um mês e, em seguida, pagar a segunda parcela.

a) Será vantajoso se ela investir em uma aplicação que rende 1% a.m.? Justifique sua resposta.

b) E se outra aplicação render 2,5%, será mais atraente para ela essa negociação?

Fonte: (Silveira, 2018, p. 50)

O exercício acima expõe o desejo de Taís de comprar um tênis que viu em um anúncio. O preço é dado à vista e parcelado em duas vezes. A proposta é que o aluno calcule duas aplicações de investimento e justifique sua resposta dizendo qual é mais vantajosa e atraente.

Conforme pode-se ver as tarefas trazem objetos que estão à venda ou que serão comprados, como se a vida das pessoas fosse regida pela compra e venda de mercadorias. Interpretamos que essa é uma característica da sociedade contemporânea neoliberal, movida pelo consumismo “resultante da produção de vontades, desejos e anseios, os quais se tornam a principal força propulsora e operativa da sociedade.” (Sartori, Duarte, 2017, p. 63).

Ressalta-se que os exemplos apresentam produtos que, para alunos de 9º ano, não fazem sentido como um carro elétrico ou um trator. Assim, pode-se considerar que a intenção é trazer a compra pela compra, enfatizando que o ato de comprar é algo comum entre as pessoas. Ou seja, o desejo de comprar é algo que faz parte da vida das pessoas e sempre se pode querer algo. Porém, essa visão não pode levar a instituição escolar a se tornar uma “fábrica” de produção de novas subjetividades que sejam competitivas e consumistas?

Além dessa interpretação da indução à compra, nota-se que os preços não condizem com a realidade brasileira. Em um país em que um terço da população recebe um salário mínimo de R\$1.320,00 (em 2023), quais seriam as prioridades de compra?²⁴. Talvez, “sob a

²⁴ O IBGE divulgou o resultado de uma pesquisa que aponta que quase 37% dos trabalhadores brasileiros ganham até um salário mínimo (Correio Braziliense, 2022)

pretensa justificativa de contextualizar a matemática, o incentivo ao consumo é cruel ao atrair a atenção dos estudantes com um objeto de desejo inacessível pela maior parte dos brasileiros.” (Silva, 2019, 388).

Segundo compreendemos com os autores lidos é importante que o livro didático de matemática seja ilustrado para chamar a atenção dos alunos. Porém, as imagens não deveriam seduzi-los com anúncios publicitários, ainda mais trazendo produtos que estão distantes da realidade da maioria da população.

A cultura do consumo, conforme Bauman²⁵ (2008 apud Sartori; Duarte, 2017), não está somente ligada ao fato de adquirir bens e mercadorias, mas também ao fato de criar desejos constantes, desejos sobre as coisas que o sujeito não tem, ou melhor, um desejo que é sempre ativado pela ausência de algo que falta, um desejo que nunca é satisfeito.

Em uma perspectiva neoliberal, o sujeito do consumo é instigado pelo desejo, pela vontade e pela necessidade de adquirir bens tanto na atualidade (no agora) quanto futuramente. O desejo e o prazer são entrelaçados e a importância de aprender matemática está para saber organizar suas finanças e poder atender aos seus desejos.

Sendo uma característica desta sociedade a busca pelo prazer e pelo desejo, a cultura consumista atravessa a vida das pessoas e “estar em movimento é o que importa: obter, expor, descartar... é o que move esta sociedade.” (Sartori; Duarte, 2017, p. 66). A satisfação e o prazer são as principais características que os consumidores buscam.

Ainda, segundo Foucault²⁶ (2008b apud Coradetti; Silva, 2018, p. 229)

[...] quando a economia do país está ligada a um sistema neoliberal, as relações sociais, políticas e econômicas são mediadas pelo consumo, tornam-se totalmente reféns do mercado e incapazes de se sustentarem fora dessa dinâmica, uma vez que o estado não está desvinculado das práticas que constituíram a sua maneira de governar.

Interpretamos que o incentivo ao consumo pode estar “disfarçado” entre os conteúdos que são propostos no livro didático e, portanto, cabe ao professor atenção ao que é proposto para que, na condução das atividades em sala de aula, eleja o que é importante para a sua turma.

²⁵ BAUMAN, Z. Vida para consumo: a transformação de pessoas em mercadoria. Tradução de C. A. Medeiros. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008. 198 p.

²⁶ FOUCAULT, M. A Arqueologia do Saber. Tradução de L. F. B. Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. 238 p.

5.2 Capacidade de escolha

O neoliberalismo, como já dissemos, prega a liberdade individual oferecendo ao sujeito infinitas possibilidades de escolha e salientando a capacidade de escolha como uma faculdade humana fundamental. Assim sendo, o sujeito deve aprender embasado em critérios dessa liberdade de escolha.

Os sujeitos neoliberais devem desenvolver a capacidade de saber escolher o que é melhor para si, sendo a liberdade uma condição necessária para a construção de um sujeito de desejos, interesses e escolhas. Segundo Veiga-Neto²⁷ (2000 apud Sartori; Duarte, 2017) o sujeito deve primeiro ser moldado, orientado e informado para que assuma a responsabilidade pela sua própria liberdade.

O que se vê nas propostas de exercícios do livro didático encaminham para essa forma de “moldar” o sujeito. Elegemos mais alguns exemplos do livro didático que podem ser interpretados com a intenção de promover esse “treinamento” para que os alunos desenvolvam a capacidade de fazer escolhas.

Figura 8: Exercício de Investimento

10 (Enem) Um jovem investidor precisa escolher qual investimento lhe trará maior retorno financeiro em uma aplicação de R\$ 500,00. Para isso, pesquisa o rendimento e o imposto a ser pago em dois investimentos: poupança e CDB (certificado de depósito bancário). As informações obtidas estão resumidas no quadro:

	Rendimento mensal (%)	IR (imposto de renda)
Poupança	0,560	isento
CDB	0,876	4% (sobre o ganho)

Para o jovem investidor, ao final de um mês, a aplicação mais vantajosa é:

- a) a poupança, pois totalizará um ^{alternativa d}montante de R\$ 502,80.
- b) a poupança, pois totalizará um montante de R\$ 500,56.
- c) o CDB, pois totalizará um montante de R\$ 504,38.
- d) o CDB, pois totalizará um montante de R\$ 504,21.
- e) o CDB, pois totalizará um montante de R\$ 500,87.

Fonte: (Silveira, 2018, p. 50)

²⁷ VEIGA-NETO, A. Educação e governamentalidade neoliberal: novos dispositivos, novas subjetivações. In: PORTOCARRERO, V.; CASTELO BRANCO, G. Retratos de Foucault. Rio de Janeiro: Ed. Nau, 2000. p. 179-217.

Nesse exercício (Figura 8) é solicitado ao aluno que identifique em qual dos investimentos ele terá mais lucro ou, como está exposto, *maior retorno financeiro*. Apresentando a taxa percentual de rendimento dos investimentos, o exercício segue explicitando qual “escolha” será mais vantajosa para o jovem investidor.

Já no exercício 12, trazido na figura 7 que discutimos na subseção anterior, Taís tem o dinheiro para pagar o tênis à vista e a proposta é que o aluno analise se seria “mais vantajoso” o pagamento em duas parcelas, sendo paga a primeira e o restante investido em uma aplicação. Das opções de investimento dadas, em uma o rendimento é de um por cento ao mês e na outra dois e meio por cento ao mês. Considerando o preço do tênis parcelado e o rendimento da aplicação, qual a opção mais vantajosa?

Figura 9: Exercício de compra de um terreno

13 (Enem) Arthur deseja comprar um terreno de Cléber, que lhe oferece as seguintes possibilidades de pagamento:

- Opção 1: Pagar à vista, por R\$ 55 000,00.
- Opção 2: Pagar a prazo, dando uma entrada de R\$ 30 000,00, e mais uma prestação de R\$ 26 000,00 para dali a 6 meses.
- Opção 3: Pagar a prazo, dando uma entrada de R\$ 20 000,00, mais uma prestação de R\$ 20 000,00 para dali a 6 meses e outra de R\$ 18 000,00 para dali a 12 meses da data da compra.
- Opção 4: Pagar a prazo dando uma entrada de R\$ 15 000,00 e o restante em 1 ano da data da compra, pagando R\$ 39 000,00.
- Opção 5: Pagar a prazo, dali a um ano, o valor de R\$ 60 000,00.

Arthur tem o dinheiro para pagar à vista, mas avalia se não seria melhor aplicar o dinheiro do valor à vista (ou até um valor menor) em um investimento, com rentabilidade de 10% ao semestre, resgatando os valores à medida que as prestações da opção escolhida fossem vencendo.

Após avaliar a situação do ponto de vista financeiro e das condições apresentadas, Arthur concluiu que era mais vantajoso financeiramente escolher a opção: **alternativa d**

a) 1 c) 3 e) 5
b) 2 d) 4

Fonte: (Silveira, 2018, p. 50)

O exercício da figura 9 apresenta cinco opções de pagamento para a compra de um terreno e solicita que o aluno identifique aquela que seria mais vantajosa. Sendo as opções: o pagamento à vista; dar uma entrada e pagar o restante depois de seis meses; dar uma entrada e pagar uma prestação depois de seis meses e outra depois de doze meses; dar uma entrada e pagar o restante depois de um ano; e só pagar tudo depois de um ano.

Figura 10: Exercício de compras pelo cartão de crédito

17  Evair realizou algumas compras usando o cartão de crédito. A fatura totalizou R\$ 1506,97. A administradora do cartão de crédito disponibiliza algumas opções para que ele possa quitar sua dívida, considerando o regime de juro composto:

- I – pagar o total da fatura.
- II – pagar o valor mínimo de R\$ 226,04 e o restante sofrerá uma taxa de 10,50% a.m.
- III – parcelar a fatura em 8 parcelas fixas de R\$ 276,91.
- IV – parcelar a fatura em 18 parcelas fixas de R\$ 194,02.

Devido a alguns contratempos, Evair teve de usar sua reserva financeira e dispõe de R\$ 1000,00 para pagar essa fatura na data do vencimento. Converse com um colega e indiquem uma opção que Evair poderia escolher para realizar o pagamento devido. Justifiquem a resposta. *Resposta pessoal.*

Fonte: (Silveira, 2018, p. 51)

Por fim, este exercício da figura 10 apresenta quatro opções para a quitação de uma dívida de cartão de crédito, não tendo resposta única. A tarefa deixa a possibilidade de uma resposta pessoal visando salientar que nenhuma escolha é aparentemente eficaz e boa.

Podemos notar que todos os exercícios apresentados destacam a importância da tomada de decisão, ou seja, a liberdade de escolha por parte do aluno que deve saber o que é melhor para si. Esse tipo de situação, aparentemente interessante da perspectiva da formação do sujeito para a tomada de decisões, salienta a produção de “sujeitos livres, deixados serem livres conforme suas capacidades e potencialidades. Uma ilusão de técnicas reguladoras de vontades e verdades, técnicas que habitam na invisibilidade de regulações neoliberais.” (Oliveira; Souza; Silva, 2016, p. 97).

Nota-se que as opções de escolha estão sempre relacionadas ao consumo de algum produto ou serviço. Sabendo-se que a maioria dos brasileiros utiliza o cartão de crédito e que poucas pessoas de fato conhecem os juros cobrados, indagamos a “capacidade” de uma escolha consciente. Ainda, mesmo que os compradores paguem muito mais, “a responsabilidade é da pessoa que fez a dívida, pois os valores são previamente informados.” (Souza; Flores, 2022, p. 12).

Conforme entendemos, exercícios desse tipo vão “treinando” o aluno, guiando-o e moldando-o para saber fazer as melhores escolhas ou as escolhas mais vantajosas possíveis. No entanto, salientamos com Veiga-Neto²⁸ (2000 apud Sartori; Duarte, 2017), que a escola

²⁸ VEIGA-NETO, A. Educação e governamentalidade neoliberal: novos dispositivos, novas subjetivações. In:

deve ter o papel fundamental de orientar os sujeitos a serem mais competentes e não consumidores que sabem fazer as melhores escolhas.

Por fim, podemos notar que os alunos atuam e aprendem fazendo diagnósticos, realizando exames e buscando uma orientação para uma melhor escolha que, como afirma Silva (2019), leva a entender que aprender matemática é uma condição necessária para se dar bem no futuro.

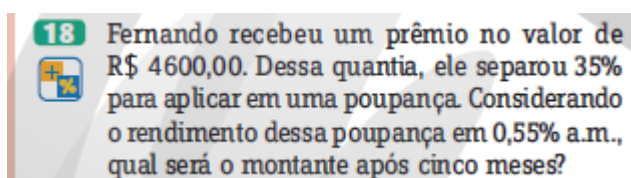
5.3 Poupar e investir

Geralmente para se comprar uma casa, um carro ou viajar é necessário bastante tempo de trabalho e investimento, sendo que para alcançar tais metas é preciso aprender e conhecer quais investimentos existem e atendem melhor suas necessidades.

Segundo Silva (2019), para se realizar os sonhos na ideologia neoliberal é preciso estudar matemática, pois é ela que liga a vida dos estudantes à realização dos projetos e sonhos. Vamos considerar outros exemplos do livro em análise.

No exercício 10, trazido na figura 8 discutido na subseção anterior, é solicitado ao aluno que calcule o investimento mais vantajoso: a poupança ou CDB? Para tanto, é preciso fazer uma comparação de valores. Outros exercícios semelhantes são apresentados nas figuras 11 e 12.

Figura 11: Exercício sobre rendimento



Fonte: (Silveira, 2018, p. 51)

Nesse exercício, pede-se ao aluno que calcule o rendimento de uma aplicação feita na poupança após o período de cinco meses e no seguinte são trazidas outras situações de investimento.

Figura 12: Exercícios sobre montantes

- 15** Lúcio investiu R\$ 3 500,00 a juros simples de 10,5% a.a. Que montante ele acumulará em três anos? Quanto tempo, aproximadamente, ele terá de esperar para obter uma quantia de juro equivalente ao capital empregado? **R\$ 4 602,50; 9,52 anos**
- 16** Talita possui R\$ 53 000,00. Ela deseja investir essa quantia, em regime de juro composto, para realizar a compra de uma máquina daqui a 6 meses, que custa R\$ 59 500,00. Uma assessoria financeira a orientou a aplicar um quarto da quantia que possui em uma aplicação A com rendimento igual a 8,5% ao semestre, e o restante da quantia em uma aplicação B com rendimento de 3% ao mês.
- Agora, responda.
- a) Qual o montante da aplicação A após 6 meses? **R\$ 14 376,25**
- b) E o montante da aplicação B? **R\$ 47 463,58**
- c) Talita conseguirá comprar a máquina com o montante obtido nas aplicações? **Sim, pois o montante é maior que o valor da máquina (R\$ 61 839,83)**

Fonte: (Silveira, 2018, p. 51)

O foco é a questão de investimento: qual o tempo que levará para alcançar determinado montante? Qual o montante após seis meses: Com o dinheiro investido, será possível comprar o produto?

Ambos os exercícios salientam a questão de saber poupar e investir. Porém, a poupança é importante para poder comprar o produto e ainda, conforme afirmam Souza e Flores (2022, p. 13), qual o sentido de tal tarefa para essa faixa etária? “O exercício para a realização de um investimento no 9º ano do ensino fundamental legitima e posiciona o sujeito cada vez mais cedo como investidor e consumidor de produtos financeiros”.

Mostra-se que a questão não é somente saber poupar, mas também saber investir e aprender a controlar financeiramente sua vida. O modo pelo qual o livro didático apresenta os conteúdos matemáticos e reforça os exercícios, molda um tipo de subjetividade “[...] que: empresaria a si mesmo ainda que receba pouco, pois esforça-se ao máximo para poupar; é consciente ao saber avaliar quais os sonhos ou desejos de consumo, e planeja o orçamento para evitar os gastos desnecessários no presente; poupa, investe e pensa em táticas para ganhar mais dinheiro.” (Souza; Flores, 2022, p.14).

Portanto, o foco dessa ideologia neoliberal é fazer com que o sujeito acredite que ele sempre tem que fazer e buscar as melhores formas de se ganhar dinheiro, ou melhor, é o

sujeito que tem que avaliar, esperar, pensar e poupar para sempre ter os melhores resultados e ganhar mais dinheiro.

5.4 Formas de se comportar

O capítulo de matemática financeira do livro didático que analisamos, apresenta exercícios que visam integrar a matemática com outras disciplinas, classificando-os como interdisciplinares (embora não entraremos no mérito de julgá-los adequados ou não).

Esses exercícios vinculados à matemática financeira propõem formas de se comportar e compreender o que é certo ou errado, como é o caso do seguinte exemplo.

Figura 13: Exercício sobre consumo consciente

20 Leia o texto a seguir.

Consumidor consciente

Você já parou para pensar se o seu consumo é feito de maneira consciente? Se você respondeu sim a esta pergunta, saiba que refletir sobre o assunto é o primeiro passo para a mudança de comportamento.

"A primeira coisa é pensar nos meus hábitos de consumo. Eu fecho a torneira quando escovo os dentes? Tomo banho demorado? Apago as luzes de ambientes não ocupados? Desligo eletrodomésticos não usados? Planejo as minhas compras de supermercado? Planejo as minhas compras de roupas? Tenho atitude de parar para pensar antes do impulso do consumo? Dou carona para amigos que façam o mesmo trajeto? Deixo o carro em casa e utilizo transporte público?", ensina a diretora executiva do Akatu, Ana Milheim. Repensar, reduzir, reutilizar e reciclar integram o conjunto de "R"s que ajudam na reflexão sobre a mudança de comportamento: repense o seu consumo, reduza o que você vai consumir, reutilize o que você consumiu e recicle o que já foi utilizado.

Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/noticias/meio-ambiente/2012/10/definicao-do-termo-consumo-consciente-e-bem-amplamente-informe-se>>. Acesso em: 16 out. 2018.

Agora, responda:

a) Você se considera um consumidor consciente? Justifique sua resposta. *Resposta pessoal.*

b) Qual a importância de ter atitude de parar para pensar antes do impulso do consumo? Qual o significado desse ato?

20. b) Espera-se que os alunos respondam que essa atitude pode evitar, por exemplo, a compra de produtos desnecessários.

51

Fonte: (Silveira, 2018, p. 51)

O texto questiona se fechamos a torneira enquanto escovamos os dentes, se tomamos banho demorado, se apagamos a luz de ambientes não ocupados, se desligamos eletrodomésticos não usados, se planejamos nossa compras, quer seja no supermercado ou de

roupas, se damos carona ao amigo, se deixamos o carro em casa para utilizar o transporte público, etc. Porém, como a matemática pode contribuir para compreender essas atitudes? Isso não é tratado no texto que nem mesmo traz articulação com o tema do capítulo - matemática financeira.

Silva (2019) afirma que situações como essa reforçam a responsabilização do indivíduo pelo bem estar do mundo visando uma mudança de comportamento. No entanto, essa responsabilização é característica marcante do neoliberalismo, pois há uma culpabilização pelas decisões tomadas (Silva, 2019).

No item b da tarefa, que visa analisar o “impulso consumista”, pode haver uma discussão sobre o consumo desnecessário, dependendo do modo como o professor encaminha a atividade dos alunos.

Ainda, com o intuito de formar e esperar que os alunos sejam bons cidadãos para a sociedade, sugere-se ao professor que promova, junto com os alunos, cartazes com incentivo de mudanças, veja abaixo:

Figura 14: Notas para o professor I

• A atividade 20 tem como objetivo fazer com que os alunos reflitam sobre seus hábitos de consumo. Se considerar adequado, promova junto com eles cartazes com incentivo à mudanças de comportamento, com o objetivo de fazer com que os alunos repensem o consumo, reduzam o que vão consumir, reutilizem o que consumiram e reciclem o que já foi utilizado. Esses cartazes podem ser fixados na escola ou, se possível, no entorno da comunidade escolar.

Fonte: (Silveira, 2018, p. 51)

Nessa nota se vê que, assim como “as instruções constroem subjetividades que individualizam as responsabilidades, ao mesmo tempo mobilizam os estudantes em ações coletivas” (Silva, 2019, p. 393). Há, nestas propostas, um conjunto de valores que se espera que os alunos desenvolvam para se comportarem no mundo atual contemporâneo.

5.5 Responsabilidade

No neoliberalismo responsabilidade é fundamental, pois viver em sociedade requer uma forma certa ou aceitável de ser cidadão, isto é, pessoa responsável.

Segundo Coradetti e Silva (2018) o sujeito responsável no neoliberalismo é caracterizado pela produtividade, pelo equilíbrio financeiro e sucesso, conquistados através de suas habilidades e competências. Portanto, tarefas que incentivem a responsabilidade são importantes. Vejamos o modo pelo qual os exercícios do livro em análise fazem isso.

Figura 15: Orçamento

Lembre-se:
Não escreva no livro!

Elaborando

Orçamento é a distinção e o cálculo das receitas e das despesas.
 Para compor um orçamento familiar é importante que se conheça com exatidão a receita disponível e controlar as despesas. O controle poderá ser realizado mensalmente, por exemplo.
 O quadro abaixo é uma sugestão para o controle mensal de gastos de uma família. Observe:

Controle de gastos		Mês/ano: _____
Receitas	Salários	MODELO
	Outros	
Total de receitas (A)		MODELO
Gastos fixos (o mesmo gasto todo mês)	Aluguel/Prestação/Condomínio	MODELO
	Prestação/Seguro do carro/IPVA	
	IPTU	
	Plano de saúde	
	Educação: Escola/Cursos	
	Clube/Academia	
	Plano de aposentadoria/Seguro de vida	
	Internet/TV a cabo	
Gastos variáveis (contas que variam mês a mês)	Outros	MODELO
	Alimentação	
	Água/Energia/Gás	
	Telefone fixo/Celular	
	Transporte/Combustível	
Gastos arbitrários (gastos que nem sempre são feitos)	Manutenção de casa/Carro	MODELO
	Outros	
	Cinema/Teatro	
	Restaurante	
	Roupas	
Total de despesas (B)	Jornais/Revistas	MODELO
	Viagens	
	Outros	
Total de despesas (B)		MODELO
Saldo total	Receitas – Despesas (A – B)	

Reúna-se com um colega e, com a ajuda do professor, conversem sobre as informações apresentadas no quadro. Em seguida, vocês deverão definir as características de uma família qualquer: perfil, idade, local onde residem, quantas pessoas e quanto contribuem com a receita etc. Copiem e preencham o quadro no caderno com os valores que considerarem adequados. Depois do preenchimento, apresentem o quadro aos demais colegas. Conversem sobre os valores indicados, se estão de acordo com os valores praticados e se os gastos correspondem aos gastos da maioria das famílias brasileiras.

Fonte: (Silveira, 2018, p. 52)

A atividade começa esclarecendo o que é orçamento para, em seguida, falar da importância de se conhecer a receita disponível e controlar as despesas, sugerindo que o controle seja realizado mensalmente. De modo ingênuo, isto é, sem uma reflexão, pode-se considerar que a proposta é interessante porque visa organizar despesas com receita.

No entanto, com um olhar mais atento se vê que a atividade reforça a idéia de que uma família responsável “[...] faz planejamento familiar, o que nos encaminha para a ideia de que essa tarefa doutrina sobre a produção de sujeitos responsáveis, os quais contribuirão para o seu próprio sucesso, para o sucesso da sua família e para o da economia de estado.” (Coradetti e Silva, 2018, p. 225).

Há, portanto, evidência de como um modelo de família se aproxima de uma empresa, composta por seres humanos que buscam administrar suas ações e suas decisões (Coradetti; Silva, 2018).

Como a própria atividade já diz no enunciado, visa-se o “controle de gastos”. Tal expressão é muito utilizada nas empresas, como forma de “equilibrar as contas”.

Porém, no contexto de um aluno de 9º ano, qual o sentido de tal tarefa? Incentiva-se com ela a responsabilidade e se destaca a importância de fazer um planejamento, sendo a tomada de decisão, o trabalho em conjunto e o reconhecimento das opções essenciais para evitar o mal financeiro futuro. O que é um “mal financeiro” para um aluno de 9ª ano?

Como entendemos, fica claro que a racionalidade neoliberal fabrica sujeitos governáveis e as atividades de matemática financeira, assim organizadas, endereçam instruções econômicas alinhadas ao ideário neoliberal (Coradetti; Silva, 2018) tornando os sujeitos cada vez mais consumistas..

5.6 Empresário de si

As análises e problematizações efetuadas nos levam a crer que os alunos são formados (e ensinados) para serem empresários de si, sendo seu próprio capital, buscando ser seu produtor e sua fonte de renda.

As tarefas propostas no livro analisado nos levam a concordar com Coradetti e Silva (2018, p. 228) quando argumentam,

que matemática financeira presente nos livros didáticos [...] tem contribuído para expansão dessa racionalidade, práticas de empreendimento de si, em que o sujeito, por meio de suas decisões, aptidões, habilidades e competências deve ser seu próprio capital e, a partir dele, ser uma empresa de si mesmo.

Destacamos, a seguir, algumas notas direcionadas ao professor, com grifos nossos.

Figura 16: Notas para o professor II

• Ao explorar a atividade 12, espera-se que os alunos concluam que um investimento não é necessariamente sempre vantajoso, é preciso avaliar todo o cenário para a tomada de decisão mais acertada. Nesta atividade, no item a, ao investir o restante da quantia que ela possui (R\$ 112,00), o montante após um mês será igual a R\$ 113,12, faltando R\$ 3,88 para o pagamento da segunda parcela; no item b, o montante será de R\$ 114,80, o que significa que também faltará dinheiro para pagar a segunda parcela (R\$ 2,20).

Fonte: (Silveira, 2018, p. 50)

Essa nota para o professor, com grifo nosso, salienta que se espera dos alunos que eles percebam e fique claro que nem sempre os investimentos serão vantajosos, sendo preciso avaliar o cenário para uma boa tomada de decisão.

Figura 17: Notas para o professor III

• Comente com os alunos sobre a importância de estarem atentos ao juro cobrado em diferentes transações comerciais, como em um parcelamento da compra de um item. Por esse motivo, é importante que comparem os juros oferecidos pelas modalidades de crédito e evitem endividamentos.

Fonte: (Silveira, 2018, p. 41)

Essa outra nota para o professor, com grifo nosso, salienta a importância de comparar os juros oferecidos pelas modalidades de crédito para evitar endividamentos.

Nessas notas sugestivas, fica claro que quem tem que refletir sobre suas ações é o próprio aluno, ele é o responsável pelas suas escolhas e pelo seu sucesso, considerado a partir de um contexto “vantajoso”.

Neste sentido, ser empresário de si está atrelado a ser uma empresa na qual se busca as práticas de investimento e de empreendedorismo, o que caracteriza um sujeito proativo, inovador, flexível, etc. São estas as características que todo mundo já ouviu serem necessárias para ingressar em uma empresa ou para passar no processo seletivo de uma empresa.

Fica, pois, claro que “o sujeito neoliberal precisa desenvolver a capacidade de saber escolher o que é melhor para si, deve ser o empresário de si mesmo.” (Sartori; Duarte, 2017, p. 56). Assim, sob o viés de formar o cidadão capaz de tomar decisões, incentiva-se certo tipo de características que são reveladoras de uma sociedade produtivista, competitiva e consumista.

6 Considerações Finais

Para tecer estas considerações finais retomamos a pergunta orientadora da pesquisa: “Como aspectos do neoliberalismo se manifestam segundo nossa subjetividade e interpretação em livros didáticos de Matemática, particularmente no capítulo de Matemática Financeira?”. Essa retomada é importante, pois a pesquisa se orienta no sentido de compreender o interrogado.

Porém, antes de tudo, é importante dizer que este trabalho não visa emitir qualquer tipo de juízo sobre o livro didático em si, mas analisa o modo pelo qual ele se propõe a encaminhar as tarefas referentes a um conteúdo de matemática: a matemática financeira. Com essa análise se mostra que a ideologia dominante nos exercícios propostos neste capítulo do livro didático deseja produzir sujeitos neoliberais, deixando claro que o modo como se propõe uma atividade vai além dos conteúdos conceituais.

O ensino de matemática sempre foi considerado importante, ao mesmo tempo que sempre pareceu inofensivo politicamente, pois a matemática é considerada tecnicista, isto é, uma disciplina que não abre espaço para discussões sociais, culturais ou filosóficas. Porém, assim como esse trabalho, e tantos outros antes desse, mostram que é possível ver o fazer matemático de outros pontos de vista.

As críticas acerca dos efeitos neoliberais na educação nos permitem refletir sobre os exercícios, temas, enunciados e propostas presentes no capítulo de matemática financeira do livro didático analisado, que parecem estar naturalizadas no âmbito educacional. Tais práticas são pensadas para a formação de cidadãos, porém cidadãos homogêneos e com características neoliberais.

Nesse sentido o livro didático passa a ser um reproduzidor das relações de poder que nos regem e que muitas vezes nós mesmos, como professores, ajudamos a sustentar, considerando-se um modo de se comportar na contemporaneidade que sem o exercício de pensar outros modos de vivências, deixa de lado toda subjetividade e cultura do aluno.

Tal doutrina neoliberal ao tentar homogêneoizar tantas subjetividades e culturas dos alunos, diferencia uns dos outros, fazendo o livro didático ser um instrumento capaz de produzir e manter diferenças entre aqueles que são vencedores e perdedores, como consequência de suas escolhas.

Mas como pensar um livro didático de matemática que trate a educação financeira sem o viés e a doutrina neoliberal? Neste trabalho não temos elementos suficientes para responder essa pergunta, mas parece-nos importante pelo menos levar em conta a realidade, a cultura e a

multiplicidade dos alunos a que esse livro se destina. Ainda, é importante repensar nossas práticas como professores e rever o modo como inserimos esse tema em sala de aula.

Em nossa análise fica evidente que há um aluno desejável, bem como valores éticos e morais endereçados a eles, mas sabe-se que há um conjunto de “muitas coisas” que nos formam para viver em sociedade, ou ser cidadão em tal momento histórico.

Percebe-se uma ênfase nas escolhas certas, nas práticas econômicas que resultem em uma saudável vida financeira que só depende da pessoa (ou do aluno) para ser alcançado o sucesso ou se obter o fracasso. O sucesso econômico é sempre importante, pois está diretamente ligado à felicidade.

Mas, conforme procuramos destacar, são visões ou perspectivas do neoliberalismo que é apenas uma fase desse capitalismo selvagem e avançado que nos cerca. Com toda certeza, assim como disse Louis Althusser (1987), entende-se que a escola é o aparelho ideológico do estado e o livro didático é instrumento recorrente na escola, material importante ao professor e, como tal, não poderia reforçar determinadas perspectivas.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, M. 70% dos trabalhadores brasileiros ganham até dois salários mínimos. **Correio Braziliense**, Brasília, 2022. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2022/11/5053834-70-dos-trabalhadores-brasileiros-ganham-ate-dois-salarios-minimos.html>. Acesso em: 05 dez. 2023.
- ALVES, R. S. P. Neoliberalismo e educação: uma década de intervenções do banco mundial nas políticas públicas do Brasil (2000 – 2010). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: Sociedade Nacional de História - ANPUH, 2011. Disponível em: https://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300894657_ARQUIVO_artigoNEOLIBERALISMOEEDUCACAO.pdf. Acesso em: 05 dez. 2023.
- ANDRÉ, M.; GATTI, B. A. Métodos qualitativos de pesquisa em educação no Brasil: origens e evolução. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO-ALEMÃO DE PESQUISA QUALITATIVA E INTERPRETAÇÃO DE DADOS, 18., 2008, Brasília. **Anais [...]**. Brasília, DF: Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, 2008 p. 1-13. Disponível em: <file:///C:/Users/Jos%C3%A9%20Augusto%20Sales/Downloads/M%C3%B3dulo%20VII%20Pesquisa%20Qualitativa%20parte%20II.pdf>. Acesso em: 6 fev. 2024.
- ARAÚJO, A. P. O livro didático de matemática: utilização na percepção do aluno. **Bolema**, Rio Claro, SP, v. 7, n. 8, p. 98-109, 1992. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/bolema/article/view/10699>. Acesso em: 5 dez. 2023.
- BICUDO, M. A. V. Sobre a fenomenologia. In: BICUDO, M. A. V., ESPÓSITO, V.H.C. (org.). **Pesquisa qualitativa em educação**. Piracicaba, SP: Editora Unimep, 1994. p. 15-22.
- BICUDO, M. A.V. Pesquisa qualitativa: significados e a razão que a sustenta. **Revista Pesquisa Qualitativa**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 7-26, 2005.
- BICUDO, M. A. V. (Org.). **Filosofia da educação matemática: fenomenologia, concepções, possibilidades didático-pedagógicas**. São Paulo: Editora da Unesp, 2010.
- BICUDO, M. A.V. A pesquisa em educação matemática: a prevalência da abordagem qualitativa. **Revista Brasileira de Ensino de Ciência e Tecnologia**, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 15-25, ago. 2012. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rbect/article/view/1185/840>. Acesso em: 01 fev. 2024.
- BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO G. Dicionário de política: Liberalismo. In: MATTEUCCI, N. **Liberalismo**. 11. ed. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1998. v. 1, p. 686- 705. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2938561/mod_resource/content/1/BOBBIO.%20Dicion%C3%A1rio%20de%20pol%C3%ADtica..pdf. Acesso em: 01 dez. 2023.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

CARINHATO, P. H. S. Neoliberalismo, reforma do estado e políticas sociais nas últimas décadas do século XX no Brasil. **Aurora**, Marília, SP, v. 3, p. 37-46, 2008. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/aurora/article/view/1192>. Acesso em: 01 dez. 2023.

CORADETTI, C. A. L. M.; SILVA, M. A. Famílias felizes e saudáveis! livros didáticos de matemática e a produção de sujeitos. **Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 27, n. 2, p. 219-235, 2019. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/11740>. Acesso em: 05 dez. 2023.

DANTE, L. R. Livro didático de matemática: uso ou abuso?. **Em Aberto**, Brasília, v. 16, n. 69, p. 83-97, 1996. Disponível em: <http://emaberto.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/2375>. Acesso em: 05 dez. 2023.

DIAS, G. V. Ensaio sobre as origens do liberalismo e implicações para o desenvolvimento sustentável. **Revista ciências humanas**, Taubaté, v. 15, n. 1, 2022. Disponível em: <https://www.rchunitau.com.br/index.php/rch/article/view/820/426>. Acesso em: 01 dez. 2023.

GENTILI, P. Neoliberalismo e educação: manual do usuário. In: Pablo Gentili; Tomaz Tadeu da Silva. (Org.). **Escola S.A.**: Quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo. Brasília: CNTE, 1996, p. 09-49. Disponível em: <https://barricadasabremcaminhos.files.wordpress.com/2010/06/neoliberalismo-e-educacao.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2023.

HARVEY, D. O Neoliberalismo: história e implicações. In: HARVEY, D. **Liberdade é apenas mais uma palavra...** São Paulo: Edições Loyola, 2008. p. 15-48. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/364813/mod_resource/content/0/Ponto%201%20-%2024-09-2014%20-%20HARVEY%2C%20David%20-%20Neoliberalismo%20hist%C3%B3ria%20e%20implica%C3%A7%C3%B5es%20-%20pg%2011%20a.pdf. Acesso em: 01 dez. 2023.

LOPES, E. C. P. M.; CAPRIO, M. As influências do modelo neoliberal na educação. **Revista on-line de política e gestão educacional**, Araraquara, n. 5, p. 1-16, 2008. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/9152>. Acesso em: 5 fev. 2023.

MARQUES, S. R. Neoliberalismo: uma fase atual do capitalismo. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA. 15., 2016, Coritiba. **Anais [...]**. Paraná: ANPUH, 2016. Disponível em: https://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/45/1460991918_ARQUIVO_SabrinaRodriguesMarques.pdf. Acesso em: 01 dez. 2023.

NEDER, R. N. Contexto histórico e fundamentos teóricos do neoliberalismo e suas implicações para os países centrais e latinoamericanos. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 9., 2019, São Luís. **Anais [...]**. São Luís: Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, 2019. Disponível em: https://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2019/images/trabalhos/trabalho_submissaoId_1057_10575cbd1c6bdb2aa.pdf. Acesso em: 01 dez. 2023.

OLIVEIRA, J. C. G.; SOUZA, D. M. X. B.; SILVA, M. A. Para pensar de outro modo: o currículo de matemática na escola. In: SEMINÁRIO SUL-MATO-GROSSENSE DE

PESQUISA EM EDUCAÇÃO MATEMÁTICA (SESEMAT), 10., 2016, Campo Grande. **Anais [...]**. SBEM MS; Fundect, 2017. p. 91-103. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/sesemat/article/view/1752>. Acesso em: 05 dez. 2023.

PASQUINI, R. C. G.; VITOR, N. P. Matemática e educação financeira: algumas reflexões acerca da necessidade e suficiência. **Boletim cearense de educação e história da matemática**, Fortaleza, v. 10, n. 28, p. 1-18, 2023. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/BOCEHM/article/view/9884>. Acesso em: 5 dez. 2023.

PEREIRA, F. F.; DONEZE, I. S.; PROENÇA, M. C. de. Livros didáticos do PNLD e a BNCC: análise da organização do ensino da equação de 2º grau. **Perspectivas da Educação Matemática**, Mato Grosso do Sul, v. 16, n. 41, p. 1-20, 2023.

RAASCH, P. *et al.* O neoliberalismo na educação: o sujeito como empreendedor de si. In: ANAIS VII CONEDU - EDIÇÃO ONLINE..., 7., 2020, Campina Grande, **Anais [...]**. Campina Grande: Realize Editora, 2020. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/69077>. Acesso em: 01 dez. 2023.

SARTORI, A. S. T.; DUARTE, C. G. O Sujeito lúdico produzido pela/na educação matemática: interlocuções com o neoliberalismo. **BOLEMA: boletim de educação matemática** [online], Rio Claro, v. 31, n. 57, p. 53-69, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bolema/a/VYp4ttySPHbbmjJfSRMTBvk/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 22 de jun. 2022.

SILVA, J. M. N. **Educação financeira e matemática financeira na BNCC: percepções de professores que ensinam matemática na educação básica**. Orientador: Márcio Urel Rodrigues. 2021. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências e Matemática) - Faculdade de Ciências Exatas e Tecnológicas, Universidade do Estado de Mato Grosso, Barra do Bugres, 2021. Disponível em: http://portal.unemat.br/media/files/JAQUELINE_MICHELE_NUNES_SILVA.pdf. Acesso em: 23 jan. 2024.

SILVA, M. A. A política cultural dos livros didáticos de matemática: um guia para transformar estudantes em cidadãos neoliberais. **Linhas críticas**, Brasília, v. 25, p.381-398, 2019. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/21853>. Acesso em: 2 mar. 2022.

SILVA, M. J. C. Liberalismo: um breve resgate de idéias fundantes. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICA, 4., 2009, São Luís. **Anais [...]**. São Luís: JOINPP, 2009. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/OLD/eixos_OLD/9.%20Estado,%20Lutas%20Sociais%20e%20Políticas%20P%C3%ABlicas/LIBERALISMO%20-%20um%20breve%20resgate%20de%20id%C3%A9ias%20fundantes.pdf. Acesso em: 01 dez. 2023.

SILVEIRA, Ê. Matemática: compreensão e prática: Manual do Professor. In: SILVEIRA, Ê. **Matemática financeira**. 5. ed. São Paulo: Moderna, 2018. v. 4, p. 36-52.

SOUZA, J. I.; FLORES, C. R. Educação matemática e a formação do homo oeconomicus. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 48, p. 1-18, 2022. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ep/a/nKk4qYT83dWSwLN6ypzP64C/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 05 dez. 2023.

VALENTE, W. R. Livro didático e educação matemática: uma história inseparável. **Zetetiké**, Campinas, v. 16, n. 30, p. 139-162, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/160373/2518-9617-1-PB.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 26 de out 2023.

VIEIRA, G. V. Ensaio sobre as origens do Liberalismo e implicações para o desenvolvimento sustentável. **Revista Ciências Humanas**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, 2022. Disponível em: <https://www.rchunitau.com.br/index.php/rch/article/view/820>. Acesso em: 30 ago. 2023.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos de estado**. 3. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1987.